

VOZ OPERÁRIA

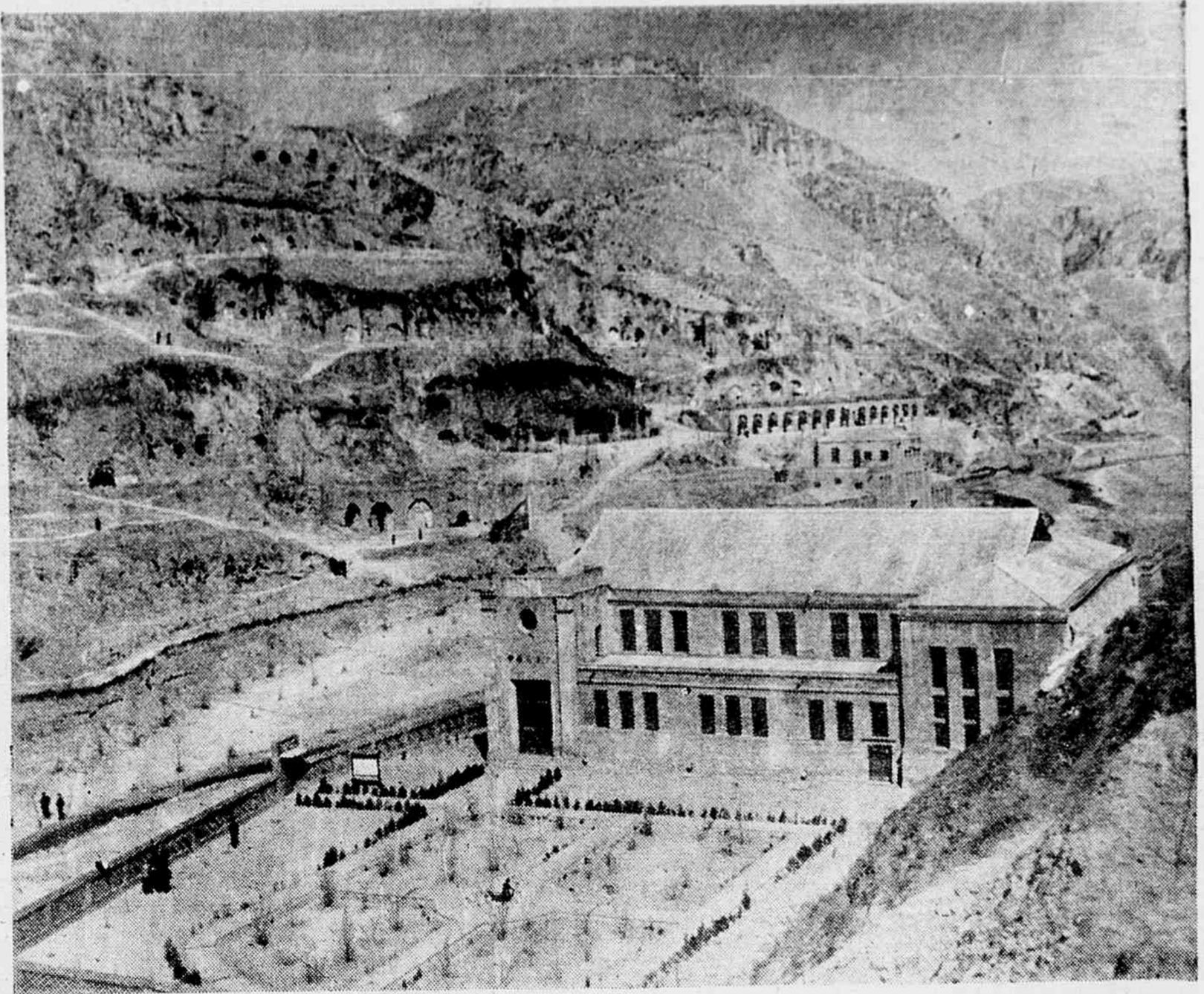
Nº 386 — RIO DE JANEIRO — 6 DE OUTUBRO DE 1956

INFORME DE LIU CHAO-CHI AO VIII CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DA CHINA
PROBLEMAS DA CONSTRUÇÃO SOCIALISTA NA CHINA

(Texto nas páginas 6, 7 e 8)



NA FOTO uma vista panorâmica de Ienan, onde se localizava a capital das áreas libertadas da China, antes da vitória final da Revolução, em 1949, com a proclamação (1º de outubro) da República Popular Chinesa. A população morava em cavernas escavadas na rocha, onde residiam, também, os dirigentes do Partido Comunista e do governo. No edifício de linhas simples que aparece em primeiro plano realizou-se, há 11 anos, o histórico VII Congresso do Partido Comunista. O Partido realizaria seu VIII Congresso 11 anos depois, em um palácio de Pequim, capital da livre e poderosa República Popular Chinesa.



Preço
Cr\$1.50

O DESTINO DOS USUÁRIOS
(Crônica Internacional — 2ª Página)

NAS FAZENDAS E USINAS DE CAMPOS LUTAM OS TRABALHADORES POR SEUS DIREITOS
(Reportagem na 11ª Página)

**nesses
número**

**CAPITAL E LUCROS
DA FÁBRICA TÊXTIL "NOVA AMÉRICA"**

(LEIA NA PÁGINA 9)

Togliatti Fala Sobre a Reaproximação Nenni - Saragat

(Texto na 4ª página)

**PREPARA SUA CONVENÇÃO NACIONAL
O PARTIDO COMUNISTA AMERICANO**

(LEIA NA PÁGINA 5)

Por um Governo de Coalisão Democrática na Argentina

(TEXTO NA 2ª PÁGINA)

«LIBERTAR» DE QUE E DE QUEM?

VOLTOU-SE a falar com insistência, nos últimos dias, em "pacificação nacional" à base de uma reforma no Ministério. Elementos ligados ao governo, assim como da oposição, apresentaram a fórmula "libertemos Juscelino" que daria, segundo eles, estabilidade ao poder constituído, abrindo caminho a realizações administrativas num ambiente de tranqüilidade interna.

DE que e de quem se reclama a libertação do presidente da República? Para que e por que?

O SR. JUSCELINO KUBITSCHKEK é um presidente eleito pelo voto popular, em consequência do acordo de múltiplas correntes partidárias em torno de uma plataforma onde se inseriam, como pontos fundamentais, a defesa da Constituição e das liberdades públicas, a manutenção das conquistas dos trabalhadores, a orientação nacionalista quanto ao problema do petróleo. Posteriormente, importantes forças políticas e sociais que não participaram desta coalisão eleitoral a ela se juntaram em defesa da soberania popular, das franquias constitucionais, ameaçadas pela conspiração golpista.

O ATUAL governo tinha de ser e deve ser necessariamente a expressão dessas forças. Das forças que construíram a vitória eleitoral de 3 de outubro e das forças que defenderam a legalidade democrática em 11 e 21 de novembro.

EVIDENTE que na constituição do Ministério essas correntes políticas e forças sociais foram representadas, mas não de acordo com a base de apoio popular de que dispõem efetivamente. Correntes contrárias às aspirações fundamentais da maioria esmagadora do país assenhorearam-se de importantes postos do governo, que continuam subtraídos à influência dos setores democráticos e

patrióticos da atual administração. Desses setores partem as ameaças e violências contra as liberdades públicas, assim como a resistência desesperada à adoção de atos reclamados pelo povo como a suspensão de odiosas discriminações políticas, o estabelecimento de relações econômicas e diplomáticas com todos os países, etc.

E INEVITÁVEL, portanto, que dentro do próprio governo assistamos a divergências freqüentes entre os representantes dessas tendências reacionárias e os que se inclinam em favor de uma política nacionalista e de caráter democrático. Quanto ao sr. Juscelino Kubitschek são bem nitidas suas vacilações, ora para um, ora para outro lado.

DESSAS vacilações é que se querem aproveitar os setores anti-populares e mais jungidos aos interesses de grupos econômicos subordinados aos monopólios norte-americanos. — setores de dentro e de fora do governo — quando lançam o grito de "libertemos Juscelino Kubitschek". Querem a "libertação" do presidente da República, não dos que procuram impedir se mantenha fiel aos compromissos de sua campanha eleitoral, mas desses próprios compromissos. E para tanto visam diretamente o atual Ministro da Guerra, e outros ministros do governo.

O POVO não é indiferente nem contrário a uma reforma do Ministério, desde que esta signifique a substituição dos que pretendem empurrar o governo pelo caminho do desrespeito às liberdades e da capitulação às pressões do capital monopolista norte-americano. Por isto seu dever é apoiar e fortalecer com seu apoio a posição dos que têm demonstrado, no atual Ministério, uma orientação patriótica e democrática.

Por Um Governo de Coalisção Democrática na Argentina

UM EDITORIAL DE «NUESTRA PALABRA» SOBRE A ATUAL SITUAÇÃO DO PAÍS

SOMENTE O GOVERNO DE COALISAO DEMOCRATICA GARANTIRA A ARGENTINA A ESTABILIDADE CONSTITUCIONAL E A DEMOCRACIA — DENTRO DO ATUAL GOVERNO HA VOZES QUE REGLAMAM O INGRESSO DO PAIS EM UMA ORDEM DEMOCRATICA — A POSIÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA

O Partido Comunista da Argentina colocou ante a nação a necessidade de se fazer para a constituição de um governo de coalisção democrática. E agora todos vêem, o ditador e este ou governo de coalisção democrática, que convoque eleições para uma Constituinte no prazo de seis meses, na base da representação proporcional, ou a anárquica «normalidade constitucional». Tal é o que declara, em editorial, o órgão central do Partido Comunista da Argentina, "Nuestra Palabra", acrescentando: "Este

governo adotaria algumas medidas para deter a carestia e aliviar as condições de vida das grandes massas trabalhadoras, derogando todas as leis, decretos e disposições reacionárias e suprimindo os organismos que, como a Seção Especial, são instrumentos antidemocráticos e de tortura e, mediante a convocação das eleições de convencionais daria a possibilidade de instituir o regime parlamentar de governo e as reformas econômico-sociais mais urgentes, com o que as eleições geram para designar

os governantes terão seu verdadeiro sentido".

A SITUAÇÃO POLITICA NA ARGENTINA

"Nuestra Palabra" analisa os acontecimentos na Argentina, nos últimos vinte e seis anos, assinalando que o país tem vivido constantemente sob governos de força, resultantes de golpes de estado. "Daí — afirma — a instabilidade" ser o traço caracteris-

tico da vida política Argentina e, por certo que os acontecimentos de setembro de 1955 não trouxeram nenhuma garantia de permanência e estabilidade, como o provam a crise Lonardi e os acontecimentos de junho último, entre outros".

"A fonte dessa instabilidade — prossegue — é muito clara. Por um lado, persiste, agora como antes, o estado de não solução dos problemas básicos da sociedade Argentina — é evidente que enquanto não se liquide a ditadura social e econômica de latifúndio e a asfixia produzida pela dominação do capital estrangeiro colonizador, o país não conhecerá a estabilidade institucional nem a democracia; por outro lado, sobre o grupo surgido em setembro de 1955 atuam duas correntes, uma em busca de um retrocesso ao que era antes de 1943 e outra que deseja de um ou outro modo, o desenvolvimento democrático e as transformações derivadas de algumas reformas básicas".

"Cresce a preocupação — acrescenta — dentro e fora das esferas governamentais pelo curso dos acontecimentos, teme-se pelo amanhã, porque se que surpresas podem ocorrer, há medo pelo caos e até vozes como a do Ministro da Guerra e a de um oficial superior em recente conferência no Circo Militar, chamam à sensatez e à responsabilidade democrática".

"Nuestra Palabra" conclui reafirmando que somente um governo de coalisção democrática poderá conduzir o país à estabilidade e à democracia.

Vence a Ala Esquerda, Nas Eleições Trabalhistas ANEURIN BEVAN ELEITO TESOUREIRO E MEMBRO DA COMISSÃO EXECUTIVA DO P. T. BRITANICO

As recentes eleições do Partido Trabalhista Britânico revelam, inequivocamente, uma inclinação para a esquerda, emergência de Congressista a figura de Aneurin Bevan, freqüentemente atacado pela ala direita do Partido e ainda há pouco suspenso do grupo parlamentar. Ninguém desconhece que a derrubada de Attlee e a ascensão de Gaitskell deveu-se, em grande parte, ao desejo dos "moderados" de apressar a substituição na chefia do partido, num momento particularmente difícil para o deputado Bevan. Visava-se a uma consolidação de posições para uma batalha futura.

Ora, precisamente agora deu-se o choque e a ala direita foi vencida, embora não desbaratada: Bevan congregou 3.029.000 votos contra ... 2.755.000 sufrágios de seu principal adversário, George Brown, e 644.000 de Daniel, do sindicato dos mecânicos.

As eleições do Partido Trabalhista Britânico têm uma peculiaridade: votam não só os sindicatos (que fornecem a maioria dos votos) como as organizações partidárias. Dessa maneira, Bevan foi à vitória sobretudo em virtude de seu prestígio entre os trabalhadores, pois a máquina partidária está principalmente em mãos de Gaitskell.

Com o novo cargo, regressa Bevan a seu antigo lugar na Comissão Executiva, da qual havia sido aliado, e passa a controlar administrativamente a máquina partidária. Foi do posto de tesoureiro que Gaitskell ganhou a suprema direção partidária e isso diz bem da importância que tem o cargo.

Do ponto de vista da política interna britânica a virada trabalhista poderá ser decisiva, em futuro próximo. A volta de uma campanha para nacionalização, abandonada por Gaitskell e os "netes" trabalhistas moderados será um dos seus reflexos. No plano internacional, mais difícil ainda será a Eden levar a Grã-Bretanha a uma guerra de agressão. O apoio inicial do Partido Trabalhista ao Governo na questão de Suez cessou, precisamente em vista da pressão das bases que vêm de obter tão estrondoso triunfo.

LÍDER UNIVERSITARIO TORTURADO NO PARAGUAI

Hoje tempos se encontra preso nos cárceres de Assunção, capital do Paraguai, um destacado líder universitário amparado em seu país: Simon Zalimberg. Mantido em rígida incomunicabilidade, o jovem estudante é torturado noite após noite pela polícia política.

A mãe de Zalimberg — que até o presente nem uma só vez conseguiu ver o seu filho — foi informada pelos companheiros de prisão de Simon que este era retirado dali a altas horas para ser levado à câmara de torturas. Os companheiros de prisão revelaram que, quando era levado pela terceira noite consecutiva, Zalimberg tentou dirigir a palavra a alguns presos mas não lhe saiu a voz da garganta, apenas se articularam sons incoerentes e impossibilitado de falar, Zalimberg procurou fazer-se entender por gestos e mímica tentando mostrar que o levavam para sofrer sevícias.

É tal a situação presente do universitário Zalimberg que

o próprio ministro de Interior Ezequiel Infante, não pode negar que o mesmo está sendo atrozmente submetido. A uma pessoa que se interessou pela liberdade de Zalimberg o ministro respondeu que não podia atender a pedido pois a polícia até aquele momento não havia obtido a informação que lhe interessava. Essa declaração faz com que todas as pessoas dignas possam responsabilizar o ministro de Interior do Paraguai por um procedimento de barras nazista em relação a um líder universitário e responsável do governo pelo trucidamento de Simon Zalimberg, que pode ocorrer se este não for liberado.

Em face da ameaça que pesa sobre a vida de Simon Zalimberg, os homens e mulheres de sentimentos humanitários e patrióticos erguerão sua voz para exigir garantias de vida para o jovem estudante paraguaio. Que nenhuma iniciativa seja pousada para fazer chegar o protesto dos brasileiros às autoridades de Assunção, a fim de salvar um nobre patriota.

UM SEMINÁRIO INTERNACIONAL



Durante o mês de setembro último, realizou-se em Moscou um seminário internacional sobre "A igualdade de direitos das mulheres na URSS". Eis na FOTO, participantes do seminário provenientes das delegações do Sudão e de países americanos visitando o combinado têxtil "Dzhaniski", de Moscou, cuja fábrica principal é a "Três Montanhas", de gloriosas tradições de lutas operárias (TASS)



O Destino dos Usuários

A situação política em torno da crise de Suez torna-se bem mais fácil de compreender se encararmos os seguintes fatos: após a nacionalização determinada por Nasser, a França, a Grã-Bretanha convocaram 23 nações para a Conferência de Londres; só uma (Grecia) recusou-se a comparecer, mandando apenas 22; entretanto dessas, somente 18 aceitaram o plano Dulles, e 10 para a constituição da Associação dos Usuários (de membros anglo-franceses) expediram-se convites a 18 nações, as mesmas secundárias primitivamente com o plano Dulles; todavia, três delas (Etiópia, Etiópia e Japão) negaram-se a integrar o grupo de usuários londrinos. Assim dos 23 Estados primitivamente convocados, antes dos debates só 15 ainda integram o grupo anglo-franco-americano. Mas, ainda entre esses, permanecem divergências. Itália, França e Espanha, por exemplo, não aceitam que se venha a utilizar a força ou sanções econômicas e mesmo os Estados Unidos põem obstáculos a decisões desse tipo.

Assim, no atual estado do problema, o uso de medidas militares torna-se cada vez menos viável. Não por outro motivo a Grã-Bretanha e a França, sem o apoio dos E.E.U.U., decidiram apresentar o caso ao Conselho de Segurança o que mostra a exclusão, pelo menos imediata, de um conflito armado. Condenação pela opinião pública mundial os candidatos a agressores sentirão necessidade de recuar preferindo comparecer diante do Conselho com uma moção própria do que por força do pedido do Egito, já registrado anteriormente.

O volume do tráfico de Suez é, como sabemos, o grande principalmente das grandes potências ocidentais. Estas, por outro lado, ainda conservam muitos meios de exercer pressão sobre certos países no sentido de aderirem à novel associação. Mas uma coisa é aceitar a pressão para entrar em um clube de capitalistas e, outra, ingressar no caminho da guerra.

Um dos argumentos utilizados pelos imperialistas para as ameaças ao Egito era a pretensa incapacidade técnica desse país de manter em funcionamento o Canal. Para perturbar o tráfego foram mesmo ao ponto de ordenar a retirada dos pilotos. Entretanto, que se viu? Que o Egito, com seus próprios recursos e com contratação de pilotos em outros Estados (capitalistas e socialistas) manteve normalmente o movimento de navios naquele caminho marítimo. Isso demonstra que, mesmo do ponto de vista "técnico" a Associação não tem a menor razão de existir. Seu fim tenderá a apressar-se, à medida que o problema mundial sai da ordem do dia e que as negociações entrarem em nova fase para as quais abre perspectiva a moção indiana, apresentada em Londres (fórmula de nacionalização assessorada). Então, a associação dos usuários poderá, inclusive, ser entrosada, sob nova forma com a Companhia egípcia que é a única legalmente capacitada a fazer administrar o Canal.

O futuro da Associação continua preso a um problema central: estarão seus membros dispostos a passar a medidas operárias, no caso de o Egito recusar (como já recusou) reconhecer sua intromissão em um assunto de sua exclusiva competência? A falta de base para uma ação militar compressiva ou para um bloqueio econômico de larga envergadura torna-se dia a dia mais clara. Assim a sociedade dos usuários é quase nati-morta. A subsistir, terá sofrido tantas transformações que terá da atual apenas o nome.

Cada dia que passa, a posição do Egito fica mais forte para o exercício de seus direitos soberanos. Amplia-se a consciência internacional não só dos povos, como, também, de governos. Os debates da ONU revelarão isso, certamente. E, se ainda não principiaram isso se deve, em parte ao desejo de não precipitá-los antes que certas questões estejam maduras.

Um Debate Que Reflita as Necessidades Atuais

NOTA DA REDAÇÃO — Há tempos vem a VOZ OPERÁRIA divulgando matérias ligadas à discussão que se trava em diversos países sobre o XX Congresso do P. C. U. S. e as consequências, para o movimento socialista e de independência nacional, das teses em debate e das denúncias ali feitas. Se temos contudo, publicado apenas matérias procedentes de outros países, não quer isto dizer que haja algum impedimento à discussão em nosso país. O curso natural dos acontecimentos é a discussão. As nossas mãos não havia chegado nenhum instrumento, digamos assim, de abertura desse debate. Fê-lo em carta à redação o jornalista Maurício Ferreira. Colhendo em nossas colunas as perguntas por ele suscitadas e considerando a importância do assunto, que sabemos corresponder às indagações de milhares de pessoas, publicamos sua carta juntamente com um artigo de nosso redator João Batista de Lima e Silva. O debate que apenas se inicia exige liberdade, reflexão e franqueza. As opiniões da carta e do presente artigo são de caráter pessoal.

NÃO SE PODERIA ADIAR UMA DISCUSSÃO QUE JÁ SE INICIOU EM TÓDAS AS CABEÇAS

NOSSO confrade Maurício Ferreira indaga, em carta a VOZ OPERÁRIA, por que, sete meses após o XX Congresso do P. C. U. S., ainda não se abriu entre nós franco e público debate das questões suscitadas pelas análises, decisões e revelações da histórica assembleia dos comunistas soviéticos. A mesma indagação está sendo feita em toda parte e cada dia com maior insistência. Creio, por isto, chegado o momento de prestarmos a máxima atenção a este assunto, que não diz respeito, apenas, aos comunistas, mas a todas as forças da classe operária e de tendência socialista e democrática. Julgo dever de cada um de nós contribuir, como lhe seja possível, para que as forças de vanguarda não fiquem paradas e perplexas diante de problemas e dúvidas sem resposta.

A verdade é que já não se pode mais adiar a discussão ampla e pública dessas questões sem graves prejuízos para a nossa política. E por motivo muito simples: talvez não haja uma só pessoa interessada nesses problemas que não esteja discutindo a seu modo. Cada cabeça é uma sentença e se não se confrontam as opiniões, através de uma larga circulação das idéias, através do debate democrático, será impossível a unidade de ação. A disciplina mecânica será insuficiente para estabelecê-la; é necessário que a luta de opiniões conduza a conclusões comuns.

A necessidade de discutir os problemas decorrentes do XX Congresso do P. C. U. S., além disto, cresce em todos nós como um problema de lealdade e responsabilidade diante dos trabalhadores e do povo brasileiros. Para muitos é, não só problema político, mas também moral.

Hoje sabemos, por uma série de fatos incontestáveis, que já não se pode pôr em dúvida a autenticidade da versão do chamado informe secreto de Kruschiov, publicado no ocidente, e no qual se denunciam erros monstruosos de Stálin. O documento cuja tradução divulgaram no Brasil, «Estado de São Paulo» e o «Diário de Notícias», não foi contestado; antes, foi admitido. Não, o desmentiu a «Pravda» que, em vez disso, reproduziu o artigo de Eugene Dennis, inteiramente baseado na versão conhecida do «relatório secreto». Não o desmentiu a delegação do Partido Comunista Francês, enviada a Moscou para saber se se tratava de documento digno de fé. A resolução do Comitê Central do P. C. U. S. sobre o culto à personalidade e suas consequências reconhece, taxativamente, todas as grosseiras violações da democracia partidária e da legalidade socialista denunciadas por Kruschiov no XX Congresso. Palmiro Togliatti, antigo secretário da Internacional Comunista, refere-se textualmente a essas denúncias em suas profundas análises dos problemas decorrentes dos erros e crimes de Stálin. E finalmente, a reabilitação de milhares de presos e, inclusive, de fuzilados sob a acusação infamante de alta traição, tanto na U. R. S. S. como em várias democracias populares, é suficiente para confirmar a autenticidade do relatório de Kruschiov, que conhecemos através da imprensa ocidental.

Diante de tudo isto, qual o patriota e, particularmente, o comunista ou militante operário e socialista que não tem problemas fundamentais a discutir? Ninguém pode negar que os erros decorrentes do culto à personalidade de Stálin refletiram-se também, em grande dose, na atividade dos comunistas brasileiros. Contribuíram, e muito, para que nos afastássemos da realidade nacional, para uma compreensão mecânica do internacionalismo proletário, para a subestimação, na prática, dos diversos fatores progressistas de nossa própria cultura, tanto em nossa atividade teórica, como prática e organizativa. Estes erros, que nos impedem de avançar, precisam ser corrigidos com rapidez e para corrigi-los é necessária a mais ampla, profunda e séria discussão.

A discussão de tais questões colocou-se, portanto, na ordem-do-dia e dela não sairá enquanto não se encontrem as soluções adequadas. Para ser proveitosa, deve, a nosso ver, ser travada num clima da mais ampla democracia, que permita, como diz Togliatti, «a iniciativa no domínio das idéias e da prática, a pesquisa, o debate vivo, dentro deste grau de tolerância no erro indispensável ao descobrimento da verdade, à plena independência das opiniões e do caráter». Estamos diante de questões que envolvem princípios e estes não se podem aceitar como dogmas de fé ou argumentos de autoridade. Têm que ser discutidos e compreendidos para serem aceitos.

Vários partidos comunistas, parece-me, compreenderam acertadamente a peculiaridade dessas discussões suscitadas pelo XX Congresso do P. C. U. S. No Partido Comunista Italiano as organizações de base tiveram a iniciativa do debate, recebendo logo o apoio do Comitê Central. Este, por sua vez, tendo em vista o Congresso em preparação, contribuiu, com o informe de Togliatti — «O caminho italiano para o socialismo» — para sistematizar as discussões, não através de uma resolução, mas formulando problemas sem caráter conclusivo. Procedimento semelhante teve o Partido Comunista dos Estados Unidos. Logo após a divulgação do informe secreto de Kruschiov, o «Daily Worker» abriu suas páginas a um amplo e livre debate. Posteriormente, o Comitê Nacional elaborou um projeto de resolução, que traz em apenso as opiniões discordantes de dois de seus membros (William Z. Foster e Benjamin Davis). Parece-me que este método propicia um debate realmente democrático e sem constrangimentos, ao mesmo tempo em que desloca para os militantes, para as massas, a questão da própria unidade política nos órgãos dirigentes.

Não sei se há, entre nós, unanimidade sobre a conveniência de se travar um debate assim, amplo e público. O

passado e a rotina são uma força poderosa de inércia. E desta força de inércia resulta a «teoria» de que e prejudicial a exposição franca, às massas, das opiniões divergentes que surjam entre os comunistas. A luta de opiniões deveria ficar sempre intramuros para que o inimigo não a utilize contra nós. Não há dúvida: o inimigo existe, mas sempre lhe é mais fácil, para tentar desmoralizar-nos, aproveitar-se dos erros que não se revelem às massas do que dos erros que apontamos pública e honradamente. Sempre lhe é mais fácil aproveitar-se da insatisfação criada por métodos errôneos e estreitos, de dúvidas e desconfiâncias que surjam em nossas fileiras e entre as forças populares, do que um debate voltado para as grandes massas que revelará, acima de tudo, o patriotismo e o espírito democrático dos comunistas, sua constante preocupação pelos problemas atuais e pelo futuro da classe operária e de nosso povo.

Creio que, principalmente os comunistas, devemos tomar em nossas mãos este assunto. Nada impede que se inicie desde já, inclusive através da imprensa, a discussão responsável dos problemas que o XX Congresso do P. C. U. S. colocou na ordem-do-dia.

O essencial, a meu ver, é que as discussões contribuam — e contribuirão, certamente — para o fortalecimento da unidade de ação das forças da classe operária e de todas as forças patrióticas e não para o seu enfraquecimento. Desde que, através de um debate geral e aprofundado, se chegue a uma tática justa e adequada à crescente atuação das massas e ao desenvolvimento da política de frente única na complexa situação do país, todos os problemas — programáticos orgânicos, etc. — a que se refere, em sua carta, Maurício Ferreira, podem e devem ser solucionados no curso do mais democrático e livre exame, sem qualquer perigo de delibitação de nossas forças. Só esse debate nos aproximará cada vez mais da realidade brasileira, enriquecerá nossa teoria e nossa prática com as aquisições progressistas da cultura nacional e permitirá que, através de nossa própria experiência, encontremos o caminho brasileiro para a democracia e independência nacional e o socialismo.

JOÃO BATISTA DE LIMA E SILVA

Semana Política

Seria ingênuo supor que os grupos monopolistas norte-americanos e os interesses que lhes são ligados no Brasil tenham recebido com displicência e «far-play» a nova orientação do governo sobre política atômica.

Na verdade, poderosos interesses foram contrariados e eles se juntam, agora, a tudo o que antes já existia sob forma de pressão e ameaça sobre a atual administração para levá-la a caminhos anti-nacionais ou, simplesmente, para substituí-la.

Recrudesceram, por isto, a partir de então, as investidas de caráter liberticida para atingir do governo os setores que tiveram papel decisivo na orientação patriótica travada em relação à política atômica, à indústria petrolífera, etc. Essas investidas vieram aqülar os empoderados partidários de soluções golpistas, que se reafirmam, retomam o caminho das provocações, procurando criar, de qualquer maneira, um caldo de cultura favorável aos seus objetivos de supressão das liberdades no Brasil. Luarez Távora pediu sua reforma do Exército, pensando criar, desta maneira, agitações dentro daquela corporação militar. Com o mesmo objetivo a «Tribuna da Imrensa» tentou imputar uma nova carta Prandi contra o sr. João Goulart, enquanto a revista «Macuís» estampanava tais provocações contra autoridades militares que levou a chefe de Polícia a um atentado à liberdade de imprensa, que só veio a favorecer a posição dos agitadores golpistas. E ainda nesta linha de provocações que se insere a atitude de oficiais da Escola Superior de

Guerra Naval — atitude inspirada pelo fascista Pena Boto — de não admitirem, na solenidade de conclusão do curso, a presença do Presidente e do Vice-Presidente da República.

É evidente que a melhor forma de desarticular essa trama anti-nacional consiste num apoio claro, franco e inequívoco de amplas massas e correntes políticas aos setores que, dentro do governo, tomam posições patrióticas e atitudes democráticas. Quando o sr. Juscelino Kubitschek, por exemplo, adotou a posição do Conselho de Segurança em relação à política atômica, teve contra o seu governo, e de maneira virulenta, um jornal como o «Correio da Manhã» que se batera por sua candidatura e apoiou os movimentos de 11 e 21 de novembro. É claro que a cada novo passo que der o governo no sentido de uma política de independência nacional, terá de enfrentar a oposição de grupos de interesses, como o do «Correio da Manhã», que ainda o cercam, além das investidas de outros que já se encontram em oposição. Para contrabalançar esta oposição e estimular os setores patrióticos do governo a dar passos à frente, é necessário que eles se sintam fortalecidos e prestigiados por um crescente apoio popular, manifestado publicamente a cada medida que tomem no interesse do povo e do país. Só assim poderão verificar que nada têm a perder e sim muito a ganhar em suas tentativas de se arrojamarem dos reivindicções populares e de que não necessitam de «leis de imrensa» e de outras medidas repressivas para deter a intriga do pequeno bando golpista.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1956.

AO DIRETOR DA VOZ OPERÁRIA.

Os acontecimentos ligados ao XX Congresso do P. C. U. S. repercutiram em todo o movimento democrático e socialista mundial e também aqui no Brasil preocupam a todos nós, que participamos das lutas de nosso povo pela democracia e pelo socialismo.

Apesar da importância que assume a questão do culto à personalidade e da reavaliação de nossos pontos de vista sobre a realidade nacional, a verdade é que são decorridos mais de sete meses desde o encerramento do XX Congresso, e não encontramos em nossos órgãos da imprensa democrática e progressista o mais franco e público debate de tais problemas.

A falta de uma ampla discussão que permita conduzir proveitosamente todas as indagações e inquietudes que despertam em nossas cabeças pelo simples conhecimento do relatório secreto do camarada Kruschiov, cuja fidelidade chega a ser posta em dúvida por alguns companheiros, bem

como pelas profundas análises de dirigentes como Togliatti e Dennis, em boa hora divulgados pela nossa VOZ, está causando sensíveis prejuízos.

De fato, estão em jogo, em minha opinião, idéias programáticas, táticas, e mesmo conceitos sobre formas de organização até agora consagradas. Não é possível fazer avançar o movimento sem que esses problemas sejam tratados amplamente, não apenas pelos comunistas, como, sobretudo, pelas próprias massas, as principais interessadas na luta pela solução dos grandes problemas nacionais.

Escrevo esta carta com a idéia de estar cumprindo meu dever, e penso que não haverá entre nós ninguém que não esteja com a mesma preocupação. Estou certo de que a abertura da mais livre discussão pública, no Brasil, das questões fundamentais de nossa política, só poderá ser vantajosa para o futuro do movimento comunista que, em nosso país, necessita colocar-se à altura das suas tarefas presentes.

Solicitando publicação da presente, subscrevo-me, fraternalmente,

MAURÍCIO PINTO FERREIRA»

MENSAGEM DO POVO TCHECOSLOVACO AO POVO BRASILEIRO



Encontra-se no Rio, depois de uma temporada em São Paulo, o conjunto folclórico «Lucnica», que traz ao povo brasileiro a mensagem da música e da dança popular da Tchecoslováquia. O êxito alcançado em São Paulo pelo conjunto «Lucnica» repetir-se-á, certamente, nesta capital, tornando cada vez mais efetivo o intercâmbio cultural entre o Brasil e o generoso povo tchecoslovaco.

Rio, 6/10/1956

Togliatti Fala Sobre a Reaproximação Entre os Partidos Socialista e Social-Democrata

A CISÃO DE 1947 PREJUDICOU A TÓDA A CLASSE OPERÁRIA ITALIANA, DESDE OS SOCIAL-DEMOCRATAS ATÉ OS COMUNISTAS — O ANTI-COMUNISMO NÃO LEVARÁ A REUNIFICAÇÃO, MAS AO APROFUNDAMENTO DA CISÃO

OS ENTENDIMENTOS que, atualmente, se processam entre o Partido Socialista Italiano (Nenni) e o Partido Social-Democrata da Itália (Saragat) tendo em vista a reunificação dos dois partidos, interessam a toda a classe operária italiana. Esta a opinião do secretário-geral do PCI, Togliatti.

«Pode-se dizer — afirmou Togliatti, falando em Pistoia, na festa de «L'Unità» — que a cisão de 1947, entre o Partido Socialista e o Partido Social-Democrata, prejudicou unicamente ao Partido Socialista? Não, a cisão de 1947 foi prejudicial a nós todos, aos comunistas, aos socialistas e aos social-democratas.

«Sem a cisão não teria havido a vitória dos democratas-cristãos de 18 de abril de 1948. Depois da cisão uma parte do movimento operário que tinha certa influência no seio das massas trabalhadoras colocou-se contra nosso Partido e o anti-comunismo tornou-se, assim, a bandeira de um partido político que se proclamava das classes trabalhadoras. Desse modo, a cisão tornou-se uma vantagem para a reação».

A Posição Dos Comunistas

«É evidente — prosseguiu Togliatti — que, se reconhecemos que esses males tiveram sua origem na cisão de 1947, não podemos, ho-



Palmiro Togliatti, Secretário-Geral do P.C. Italiano

je, ser contra uma reaproximação que reconstrua a unidade. Sabemos que o movimento operário não para, jamais, sobre suas próprias posições: ele se desenvolve e marcha para a frente. É preciso, em cada situação, saber compreender o que se deve fazer, não ficando, jamais, preso às coisas do passado. É preciso saber julgar as coisas do passado de modo crítico e substituí-las por coisas novas.

«Naturalmente, nós dizemos sem reboços que esta reaproximação também apresenta dificuldades e perigos, pois a classe operária tem adversários, inimigos que, depois da utopia da grande unidade popular antifascista, lançaram ataques contra ela, sob a bandeira do anti-comunismo. Hoje, estes partidos, quando se começou a falar de uma reaproximação entre socialistas e social-democratas, dão gritos de alegria. Dizem: esta reaproximação significa que a frente de luta contra os comunistas se ampliará e compreenderá os próprios socialistas. Seria um belo processo utópico! Com isso não se realizaria a unidade dos trabalhadores, mas se reforçaria a unidade das forças reacionárias. É evidente que os que tomam uma tal posição não querem a unificação, mas uma cisão mais profunda».

Os Objetivos da Reunificação

«A reaproximação — continua Togliatti — não pode ter outro objetivo que o de conduzir uma luta mais eficaz, mais inteligente, mais ativa, para aplicar todos os artigos da Constituição que abrem caminho ao progresso político e social. Aquelas que sustentam que o desenvolvimento desta luta deveria isolar os comunistas, deliram, porque não há um só de seus objetivos que não seja um objetivo pelo qual nós combatemos desde muitos anos. A batalha que o movimento operário deve travar para modificar a situação que foi criada depois da cisão de 1947 é uma batalha cujos objetivos coincidem com aqueles pelos quais lutamos durante muito tempo. E é nesse sentido que a unidade entre os socialistas e os comunistas é alguma coisa de muito mais profundo do que se pode descrever em documentos. Os documentos têm valor, mas a realidade vale mais. E a realidade é que comunistas e socialistas travaram, lado a lado, todas as batalhas destes últimos anos pela liberdade e a democracia, pelos interesses do povo, pelo socialismo. Nós continuaremos a travar estas batalhas lado a lado».

Resolução Política do Congresso do P.C. Indiano

O PARTIDO COMUNISTA DA INDIA adotou um programa de luta pela paz e em defesa da independência nacional, constante de 8 pontos. Este programa figura em uma resolução política adotada pelo IV Congresso do Partido Comunista da Índia. Os 8 pontos são os seguintes:

- 1) Contra o perigo de guerra, pela proibição das armas atômicas e das armas de destruição em massa e pelo desarmamento;
- 2) Contra os pactos militares e especialmente contra o SEATO e o Pacto de Bagdá;
- 3) Pelo fortalecimento da solidariedade da Ásia e por um pacto de segurança coletiva para a Ásia e a região do Pacífico;
- 4) Pela reintegração da República Popular da China nos seus legítimos direitos na ONU, pelo fortalecimento dos laços de amizade e cooperação com a União Soviética e a China em todos os campos — econômico e cultural e nas questões internacionais, à base do Panch Shila;
- 5) Pelo amplo apoio à luta dos povos coloniais contra o imperialismo;
- 9) Por medidas efetivas pela libertação de Gôa;
- 7) Pelo melhoramento das relações com o Paquistão, pela solução das questões pendentes através de meios pacíficos e de negociações amistosas, por um pacto de não-agressão, pelo estabelecimento de relações econômicas entre a Índia e o Paquistão, pela remoção de todas as barreiras que se interpõem no caminho das relações de benefício mútuo entre nossos dois povos e pelo incremento de atividades culturais e outras atividades visando a fortalecer os laços de amizade entre eles;
- 8) Pelo rompimento com a Commonwealth.

O PAPEL INTERNACIONAL DA INDIA

A resolução política diz: «Na batalha mundial contra a



Apoio ao governo em sua política de defesa da paz e as medidas para reduzir a dependência da economia indiana diante do imperialismo — inscreve o Partido Comunista da Índia em sua bandeira de luta. A. Roy Ghosh, que figura na FOTO acima, é o Secretário-Geral do P.C. Indiano.

ameaça de guerra, contra os pactos militares, pelo estabelecimento de relações pacíficas e pela proibição das armas de extermínio em massa, a República da Índia desempenhou nos últimos anos um papel de crescente importância, papel que elevou o prestígio internacional da Índia e despertou em cada pátrio indiano o sentimento de orgulho nacional. O desempenho de tal papel fez convergir para a Índia a amizade e o respeito das nações e forças amantes da paz, fortaleceu a resistência dos países da Ásia à pressão imperialista. O surgimento da Índia como República independente e soberana, sustentando a causa da paz e da liberdade, é um fator de profunda significação internacional nos dias de hoje».

FORTALECER A POSIÇÃO DA INDIA

A resolução continua: «As novas relações entre a Índia, de um lado, e de outro lado, a União Soviética e a China, não são simplesmente um fator que fortalece a paz mundial. São também um importante meio de fortalecer a própria posição da Índia no concerto mundial, de fortalecer a liberdade da Índia e sua economia — como pode ser visto pelas declarações dos líderes da União Soviética em Cachemira e Gôa, e pelos acordos econômicos que a Índia concluiu com a União Soviética e os países socialistas».

O Partido Comunista, que vem lutando por uma consistente política de paz e pelas relações amistosas com todos os países amantes da paz, saudou e apoiou estes êxitos e continuará a lutar sem descanso para levantar e unir o povo e levá-lo para a frente».

POR UM MOVIMENTO DE UNIÃO NACIONAL

Referindo-se à política dos Estados Unidos, a resolução diz: «O Pacto Militar Estados Unidos — Paquistão é uma tentativa aberta de romper o equilíbrio militar nesta área, lançar o Paquistão contra a Índia e criar fricções entre os dois países. É uma tentativa de fazer com que os asiáticos combatam os asiáticos».

A resolução encarece que devem ser feitos esforços resolutos para o início e a construção de um movimento de união nacional de todas as forças, partidos e organizações, inclusive o Congresso, para apoiar e fortalecer a política de paz do governo pela defesa da liberdade da Índia e sua soberania.

A resolução política prossegue: «Construir a união nacional pela paz, pela defesa e o fortalecimento da liberdade para a reconstrução nacional, tendo em vista a defesa dos interesses vitais das massas e a ampliação da democracia, é uma tarefa extremamente complexa. Isto exige apoio ao governo na luta pela paz e realizar esforços para o seu ulterior fortalecimento. Exige apoio a todas as medidas do governo que enfraquecem a posição do imperialismo e do feudalismo, reprimem o monopólio e fortalecem a economia nacional. Exige fazer pressão sobre o governo a fim de acelerar a industrialização e tomar medidas relacionadas com esta tarefa. Exige vigoroso combate à política de compromissos e concessões ao capital estrangeiro, aos latifundiários e aos interesses monopolistas. Exige determinadas lutas pelo melhoramento das condições de vida do povo e assegurar a proteção e a ampliação dos direitos democráticos».

ATITUDE EM RELAÇÃO AO GOVERNO

A resolução diz que o Partido «deve seguir avanço como uma força nacional independente. Em relação ao presente governo, atuará como um partido de oposição. «Guiado pelos interesses do país e do povo, o Partido Comunista dará decidido apoio ao governo na sua política de defesa da paz e em todas as medidas que tomar para reduzir a dependência da economia indiana ao imperialismo. Mas fará tenaz oposição às concessões do governo ao capital estrangeiro e mobilizará massas com o objetivo de restringir estas concessões».

Em conclusão, a resolução política exprime a confiança de que nesta tarefa nacional o Partido «assegurará a cooperação de todos os partidos e forças revolucionárias dentro do país».

PROPÕE UMA FRENTE-ÚNICA ELEITORAL O P.C. PORTUGUÊS

«APESAR da repressão policial, as várias correntes da oposição ao regime salazarista movimentam-se através de todo o país. Assistimos nos últimos tempos a um reagrupar de correntes e forças da oposição anti-salazarista» — escreve em recente editorial intitulado «Por uma frente eleitoral unida!», o jornal «Avante», órgão central do Partido Comunista Português.

Prosseguindo, o jornal afirma que os antigos partidos democráticos, agora na clandestinidade, reorganizam-se, assumindo os nomes de oposição, o que evidencia um despertar das várias camadas da população para a luta contra o salazarismo.

«Paralelamente — frisa o editorial — assistimos a desagregação crescente do regime salazarista. As contradições entre as várias correntes que têm anoiado até aqui o regime de Salazar crescem de dia para dia. Em vista disso, Salazar recorre a manobras antidemocráticas, como a tentativa de suprimir o sufrágio direto e de impor as Corporações, visando entravar a ação unida da oposição nas próximas eleições, acrescenta «Avante».

Continuando, o jornal acentua que em todo o país a grande massa do povo português espera a ação unida das forças oposicionistas, recordando-se das grandes jornadas de unidade que foram as campanhas do M.U.D. e a candidatura do general Nôrton de Matos. «Hoje — diz o documento — a grande massa dos democratas portugueses tem uma idéia mais precisa do mal que tem feito à causa da nossa libertação do jugo salazarista, a atual divisão das forças democráticas».

O editorial afirma em seguida que a existência do regime salazarista está hoje dependente unicamente da divisão entre as forças da oposição, que ele é o grande beneficiário da divisão e que, num momento «tão decisivo como o atual, quando temos

à vista a possibilidade do derrubamento por via legal do governo, essa divisão, a prolongar-se, poderia trazer mais sofrimento e mais males ao nosso povo».

«O Partido Comunista — acrescenta — pensa que é dever das forças democráticas fazerem um esforço para se unirem. A reconciliação de toda a família portuguesa é hoje decisiva para que se possa acabar com a ditadura do governo de Salazar, é decisiva para o futuro de nosso povo e do nosso País. Sabemos que existem divergências políticas entre nós comunistas e outros partidos democráticos, assim como entre esses próprios partidos, mas esse fato não pode nem deve ser um obstáculo para a união dos nossos esforços para a conquista das liberdades democráticas, para que se abra a Portugal uma era democrática independente».

Tendo em vista as eleições para deputados em 1957 e para a presidência da República em 1958, o editorial assinala que a unidade de todas as forças e pessoas anti-salazaristas possibilitará importantes vitórias e abrirá caminho para uma solução pacífica do problema político português. O jornal diz que, num acôrde em volta de um programa eleitoral mínimo, poderiam constar 5 pontos: elevação do nível de vida do povo, defesa da economia nacional e combate à política monopolista do governo, política independente e de boas relações com todos os países, restabelecimento das liberdades democráticas e anistia política. Finalizando, o editorial afirma que os comunistas não pretendem ser os orientadores da frente-única, como assolham seus inimigos, mas participar dela como todos os demais partidos.

«Este é, não tenhamos disso qualquer dúvida, o único caminho que poderá conduzir as forças da oposição a novas e decisivas vitórias», conclui o documento.

Alguns Aspectos do Projeto de Resolução Para a Convenção Nacional do P.C. Americano

Visando à preparação de sua Convenção Nacional, em fevereiro próximo, o Comitê Nacional do Partido Comunista dos Estados Unidos distribuiu à imprensa um projeto de resolução. O documento obteve ampla divulgação na maioria dos jornais de Nova York, tendo longos trechos publicados pelo «New York Times».

Ao entregar o documento aos jornalistas, Eugene Dennis, secretário geral do Partido, declarou que o P. C. A. considera valiosa contribuição para o desenvolvimento do Partido, da paz mundial, da democracia e do bem-estar do povo norte-americano.

A resolução expressa profundo orgulho pelas lutas do Partido Comunista dos E. U. na última década e pela firmeza com que os comunistas arrostaram a onda de perse-

guições movida contra eles. Ao mesmo tempo, a resolução é profundamente auto-crítica, declarando que o Partido sofreu sérias perdas em seus efetivos, viu declinar sua influência política em muitas áreas e enfrenta, de modo geral, uma situação difícil.

O documento analisa a situação econômica e política dos Estados Unidos, procurando interpretá-la tal como se apresenta na realidade; estuda o problema das ameaças de guerra, as relações entre os partidos marxistas e os países socialistas. Examina algumas teses teóricas, que julga superadas pelas novas condições de desenvolvimento do movimento socialista e operário.

Eugene Dennis revelou que todos os 13 membros do Comitê Nacional votaram o projeto de resolução. William Z. Foster, presidente do Partido, e Benjamin Davis, aprovaram-no, entretanto, com reservas. As opiniões de Foster e Ben Davis serão publicadas e discutidas juntamente com o projeto de resolução.

Estão sendo estudadas modificações nos Estatutos do Partido, que serão apresentadas à Convenção de fevereiro para discussão.

SÔBRE O PARTIDO DEMOCRATA

Eis algumas das orientações apresentadas no projeto de resolução:

Realização de sérios esforços para transformar o Partido Democrata, com o desalojamento dos «Dixiecratas» (racistas do sul), o combate à influência dos grandes negociantes, a fim de que se criem as condições iniciais para um novo alinhamento das forças políticas sob a liderança das forças do trabalho. O mundo do trabalho não deseja dependência, para sempre, do Partido Democrata e, sim, encontrar uma nova organização política para si e para os seus aliados.

A idéia de um novo partido dirigido pelas forças do trabalho facilitará a atual luta para influenciar sobre o Partido Democrata.

Entre os mais sérios erros cometidos pelo P. C. incluí-se a ênfase errônea dada ao fato de que cada nova derrota do imperialismo americano aumenta seu desespero e o perigo de guerra. Efetivamente, tal constatação exclui a possibilidade da existência de diferentes caminhos pacíficos; exceto através de uma mudança drástica na relação das forças de classe nos Estados Unidos. Outros erros citados: a superestimação do perigo do fascismo nos E. U. e o fracasso das repetidas (desde 1945) tentativas para caracterizar justamente o desenvolvimento econômico do país.

CRISE ECONÔMICA

Referindo-se às previsões de crise em 1945, 1949 e 1954, diz o documento: o julgamento do Partido em cada caso era imperfeito porque nunca fez uma análise adequada dos fatores específicos do capitalismo americano. Em lugar disso, baseou-se em um incompleto e unilateral estudo de dados econômicos, aplicando a teoria marxista das crises econômicas de uma maneira formal, mecânica e dogmática.

Estas repetidas estimativas de iminentes crises econômicas têm muitos efeitos nocivos: planificação não realista, superestimação das perspectivas de radicalização das massas com erros daí resultantes nas aproximações táticas e nas relações de frente única, especialmente nos sindicatos e finalmente, encorajamento de todas as tendências para superestimar a iminência da guerra e do fascismo.

A resolução crítica a aceitação simplista e não crítica das idéias dos marxistas e partidos marxistas de outros países.

O Partido Comunista dos Estados Unidos — afirma — terá de ser audaz ao examinar certas teorias marxistas-leninistas que, embora válidas em um período passado, podem ter-se tornado caducas e obsoletas pelos novos desenvolvimentos históricos.

SÔBRE A UNIÃO SOVIÉTICA

Opiniões não críticas sobre acontecimentos na União Soviética — prossegue — baseadas na crença de que a crítica conduziria a um enfraquecimento da solidariedade internacional dos trabalhadores, conduziram a uma situação à qual o Partido está inteiramente desarmado para enfrentar e profundamente chocado pela admissão de crimes, violações de justiça socialista, abusos contra certas minorias nacionais, e as bases para a ruptura de relações com a Jugoslávia.

O socialismo — continua — se fortalece e não se enfraquece devido à crítica construtiva dos marxistas de diferentes países. Nossos erros anteriores em relação a esse problema, levaram água ao moinho dos inimigos da paz. Nossa atitude era utilizada para vivificar a sordida calúnia de que o Partido Comunista é «agente de uma potência estrangeira». Somos comunistas americanos, somos patriotas. Nossa fidelidade para o nosso próprio país, os Estados Unidos. Ao representar e levar adiante a melhoria do bem-estar das classes trabalhadoras, temos sempre em mira os verdadeiros interesses nacionais de nosso país.

VIOLENCIA POLICIAL CONTRA «IMPRESA POPULAR»

TENTOU A POLICIA PENETRAR NAS OFICINAS EM QUE SE IMPRIME AQUELE DIÁRIO — A POLICIA IMPEDIU A DISTRIBUIÇÃO DE BOA PARTE DA EDIÇÃO DE TERÇA-FEIRA DO MATUTINO CARIOCA

A POLICIA politica cometeu inominável violência contra a liberdade de imprensa, ao tentar penetrar, na noite de segunda-feira última, nas oficinas em que se imprime a «Imprensa Popular». Pelas 23 horas uma turma de policiais da DOPS chegou à oficina, tentando penetrar no interior da mesma sob o ridículo pretexto de «procurar um criminoso» que, por sinal, não foi capaz de identificar. Recusando-se o pessoal da gráfica a abrir-lhes a porta os policiais postaram-se nas imediações, do prédio até a madrugada seguinte, quando prenderam três funcionários que se arriaram às bancas e transportes, para fazer a distribuição do jornal.

Os policiais da DOPS passaram a acompanhar o carro da distribuição, que em boa parte foi impedida, não podendo os distribuidores entregarem o jornal em vários bairros, inclusive em muitas bancas do centro da cidade. Os presos somente pelas 14 horas foram libertados, mediante a intervenção de advogados.

GRAVE AMOSTRA

As violências contra «Imprensa Popular» são uma grave amostra do regime que se poderá instaurar, contra a imprensa, se aprovada a lei de imprensa que o governo pretende enviar ao Congresso. O ridículo pretexto do coronel Luna Pedrosa, de que procurava um «ladrão» ou «assassino» (desde quando a Polícia Política procura ladrões e assassinos?) e as declarações do chefe da caravana policial, de que «não queria nada com o jornal», não podem ocultar o verdadeiro sentido da violência, que foi, de fato, dirigida contra «Imprensa Popular», contra a qual os srs. Nereu-Luna Pedrosa movem um odioso processo e cujo fechamento tentam promover. É evidente que, tendo, a polícia a faculdade legal, que a projetada reforma da lei de imprensa pretende lhe conferir, de apreender jornais, nem mais pretextos seriam procurados. Se, agora, quando o texto expresso da lei proíbe as apreensões, ela comete violências dessa ordem, está claro que, livre dessa proibição, enveredaria pelo caminho da violência como rotina!

A nova violência policial adverte a todos os democratas para a necessidade de manter a vigilância, de continuar a luta contra a planejada reforma da lei de imprensa — nos termos em que se pretende fazê-la, para transformá-la em código de arrôcho contra a imprensa livre e ponto de partida para novos e profundos golpes contra as liberdades constitucionais.

20 MILHÕES

Para os Jornais do Povo

A AQUISIÇÃO de uma nova rotativa para a «Imprensa Popular» será o próximo objetivo da Comissão Nacional da Campanha dos 20 Milhões. Este será um importante passo no sentido da melhoria material de nossa imprensa na capital da República e, para possibilitar sua concretização no mais breve prazo, torna-se indispensável um grande impulso visando a cobertura das cotas da Campanha. Trata-se, pois, de mobilizar a todos para alcançá-lo, de ativar o trabalho, o que é inseparável do debate dos próprios objetivos da Campanha como instrumento destinado a contribuir para que o povo brasileiro possa contar com uma poderosa imprensa, baluarte de suas lutas, porta-voz de suas legítimas aspirações e dos legítimos anseios da maioria esmagadora da nação.

A CAMPANHA NO DISTRITO FEDERAL

EMBORA ainda não tenha a arrecadação adquirido o ritmo necessário para o Distrito Federal o lugar de maior destaque na Campanha dos 20 Milhões. Um balanço realizado pelo Departamento Carioca da Campanha assinala importantes êxitos, e indica, aos ajudistas e aos clubes de ajuda, algumas medidas importantes capazes de contribuir para superar rapidamente o atraso. Daremos, a seguir, algumas conclusões desse balanço que, se levadas em conta por todos os amigos da imprensa democrática, poderão ajudá-los a conquistar o primeiro lugar na jornada pela melhoria dos jornais do povo, em todo o país.

NUMEROSOS clubes já trabalham em ritmo de campanha, encontrando entre os trabalhadores e o povo a melhor receptividade aos seus apêlos, o que evidencia o

prestígio das idéias que nossa imprensa defende. Cerca de 2 mil pessoas participaram da festa da Campanha, realizada no Jacarezinho, em Campinho e outros bairros foram, também, realizadas festas, com grande participação popular. Muitos clubes consideram que podem realizar, com pleno êxito, um número, cada vez maior de festas e atos públicos, para o que contarão com o crescente apoio do povo. As festas, ao tempo em que estreitam os laços entre os jornais democráticos e setores cada vez mais amplos das massas, podem constituir fonte de boas contribuições financeiras para a Campanha.

O CONCURSO da Rainha da Imprensa Popular revelou-se uma boa experiência de atividade junto às massas. Atualmente já estão inscritas no concurso vinte e cinco candidatas com apoio de setores populares e operários

em bairros, empresas, etc. O concurso começa a despertar entusiasmo, entre os que dele participam e poderá interessar milhares de pessoas, mobilizando-as para apoiar a Campanha.

A PROPAGANDA de iniciativa dos clubes é, igualmente, uma experiência positiva. Muitos clubes fizeram, por sua conta, cartazes, não se limitando a colar os cartazes preparados pela Comissão Nacional da Campanha. Essas iniciativas, que evidentemente não devem limitar-se à confecção de cartazes, mas ampliar-se à feitura de murais, faixas e à utilização de outros tipos de propaganda, escrita e falada — já provados inclusive em oportunidades anteriores — muito poderá contribuir para levar a Campanha a amplos setores de povo.

O DEPARTAMENTO Carioca da Campanha concluiu que, ao lado dos êxitos, há também debilidades na atividade de certos clubes e de muitos ajudistas. Assim, por exemplo, alguns dos clubes mais importantes, responsá-

veis por cotas elevadas, até o momento encontram-se em atraso, tendo arrecadado uma quantia desproporcional ao tempo já decorrido desde o lançamento da Campanha dos 20 Milhões. Este é um dos fatores pelos quais a arrecadação global no Rio é ainda insatisfatória o que exige um grande impulso ao trabalho, de modo a superar no correr de outubro, o atraso verificado nos dois meses anteriores.

Além disso, a experiência revela que há necessidade de descentralizar ao máximo a propaganda que atualmente ainda depende, exageradamente da Comissão Nacional.

Entre as medidas a serem adotadas, para impulsionar o ritmo da Campanha no Rio, torna-se necessário romper com a atual estreiteza da Campanha — que, em boa parte, limita-se, ainda, aos amigos da imprensa democrática — levando-a aos mais amplos setores do povo. Isso implica, naturalmente, em debater a significação política da Campanha, que não se pode desligar da situação política geral e das tarefas democráticas do povo brasileiro, no atual momento, assim como da necessidade de jornais à altura dessa situação e dessas tarefas. Isto implica, ainda, a necessidade de informar aos ajudistas e ao povo das medidas concretas adotadas para melhoria material dos jornais, pondo-os ao par dos resultados práticos de seus esforços.

PROBLEMAS DA CONSTRUÇÃO SOCIALISTA NA CHINA

Informe de Liu Chao Chi ao VIII Congresso do P.C. da China

Iniciamos, nesta edição, a publicação do informe apresentado por Liu Chao Chi, secretário-geral, ao VIII Congresso do Partido Comunista da China. O informe trata dos problemas políticos da edificação socialista no país e é um dos mais importantes documentos do recente Congresso do P.C. da China.

Camaradas!

Já se passaram 11 anos desde o VII Congresso de nosso Partido. Durante esse período ocorreram na vida de nossa pátria dois grandes acontecimentos de importância histórica e mundial. Em 1949, o povo, sob a direção de nosso Partido, derrotou o comunismo reacionário do imperialismo, do feudalismo e do capitalismo burocrático, e criou a República Popular da China. No segundo semestre do ano passado e no primeiro semestre do corrente ano, o povo, dirigido por nosso Partido, conquistou vitória completa e decisiva nas transformações socialistas da agricultura, da indústria artesanal e da indústria e comércio capitalistas. Em consequência dessas duas vitórias verificaram-se várias modificações fundamentais na vida interna e nas relações internacionais de nosso país. Com exceção de Taiwan — ainda em poder dos agressores americanos — foram expulsos do país todas as forças do imperialismo estrangeiro que subjugaram o povo chinês durante os últimos séculos. A China tornou-se uma grande potência, independente e soberana. A burguesia burocrática e compradora, o instrumento do imperialismo estrangeiro, foi liquidada em todo o território da China continental.

A exceção de certas regiões, a classe dos latifundiários feudais já foi abolida, a classe dos Kulaks também está em processo de liquidação. Os antigos latifundiários e Kulaks, exploradores dos camponeses, estão sendo transformados, por um processo de reeducação, em homens novos que vivem à custa do próprio trabalho.

Os capitalistas que constituem a burguesia nacional estão sendo transformados de exploradores em trabalhadores. As amplas massas de camponeses e outros trabalhadores individuais transformaram-se em participantes do trabalho coletivo socialista.

A classe operária tornou-se a classe dirigente no país. Suas fileiras ampliaram-se, elevaram-se consideravelmente seu grau de consciência e nível cultural e técnico.

Modificou-se a fisionomia anterior da intelectualidade, hoje uma força que serve ao socialismo.

Todas as nacionalidades do país constituem hoje uma grande família coesa e fraternal.

Dirigida pelo Partido Comunista, a frente única popular democrática ampliou-se e reforçou-se ainda mais.

O nosso país uniu-se ao campo do socialismo, chefiado pela União Soviética, como que luta por uma paz duradoura e pelo progresso da humanidade, e estabeleceu relações de amizade e cooperação inquebrantáveis com a grande União Soviética e os países de Democracia Popular. Em luta vitoriosa contra a agressão americana e pela ajuda à Coreia, nosso povo pôs fim às insolentes tentativas dos agressores imperialistas. Nosso país defende, nas relações internacionais, os cinco princípios da coexistência pacífica. Aumentou o prestígio internacional de nossa pátria. Todas essas transformações, não só desmarraram uma atividade revolucionária sem precedente dos 600 milhões que constituem o povo chinês, como não podiam deixar, também, de se transformar em grande força de atração na vida de todo o mundo e para todas as nações oprimidas e povos explorados.

Atualmente, a tarefa de nosso Partido é a de transformar nosso país, o mais rapidamente possível, em grande potência socialista, apoiando-se nas massas de milhões do povo trabalhador livre e organizado, reunindo todas as forças no país e no estrangeiro que possam ser unificadas, e aproveitando plenamente todas as condições que nos sejam favoráveis.

Para a realização dessa obra grandiosa devemos generalizar com acerto a experiência de nossa luta, concluir as transformações socialistas, desenvolver ainda mais a edificação do socialismo, continuar a sanear a vida política do país, resolver com acerto as questões internacionais e continuar a fortalecer o Partido. A discussão e a solução de todos esses problemas pelo nosso Congresso contribuirão para que nosso Partido e o povo conquistem novas e ainda mais grandiosas vitórias à base dos êxitos alcançados.

I

A LINHA GERAL DO PARTIDO NO PERÍODO DE TRANSIÇÃO

Há 11 anos o VII Congresso estabeleceu a seguinte tarefa para todo o Partido: «Mobilizar as massas de maneira audaz, fortalecer e multiplicar as forças do povo, reunir todas as forças do país que possam ser unificadas, derrotar os agressores e construir uma nova China.» Já em 1949 essa tarefa estava realizada.

Freqüentemente a própria reação escolhe um caminho que a leva à ruína. A orientação seguida pelo nosso Partido e proclamada no VII Congresso consistia na exigência de que o Kuomintang formasse, em conjunto com as forças democráticas de todo o país, um governo de coalizão. Já no período inicial da guerra anti-japonesa, nosso Partido celebrava com o Kuomintang um acordo para a luta conjunta contra a agressão japonesa. Posteriormente e, particularmente após o término da guerra anti-japonesa, nosso Partido novamente e por várias vezes entrou em conversações com o Kuomintang visando a evitar a guerra civil e tentando realizar, por meios pacíficos, as transformações sociais e políticas no país. Em 1946 juntamente com certos Partidos democráticos, conse-

guimos acóreo com o Kuomintang quanto ao problema da edificação pacífica de nossa pátria. Imediatamente depois, porém, a camarilha reacionária do Kuomintang desencadeou no país, com o apoio do imperialismo americano, a guerra civil, com o intento de aniquilar todas as forças democráticas e progressistas e o Partido Comunista da China, que personificava o poderio do povo chinês. Erraram, porém, em seus cálculos. Lutando por transformações mediante meios pacíficos, nosso Partido não formou nenhuma debara de ser vigilante e não desmobilizou as forças armadas do povo. Nossa política consistia no fato de que, se o Kuomintang desejasse a paz e a realização de transformações num ambiente de paz, isso corresponderia aos interesses do povo; era o objetivo por que lutávamos. Sabíamos, no entanto, que a realização das aspirações de paz não dependia de nós, e sim das classes dominantes. Preparámo-nos completamente e fomos capazes de mobilizar todas as forças do povo para derrotar a camarilha reacionária do Kuomintang se ela impusesse ao povo a guerra, e proceder de maneira que o fomentador da guerra colhesse o que semensse. Foi essa justamente a conclusão da história: aqueles que contavam aniquilar a força do povo foram os aniquilados.

Ao contrário da camarilha reacionária, jamais o povo foi pela guerra. Até mesmo no transcurso da guerra e em todos os lugares em que isso era possível, como, por exemplo, na libertação de Pequim, na Província de Suiyuan, das cidades de Changsha, de Kunming, da parte ocidental da província Szechuan, de Sinkiang e do Tibet, procurávamos estabelecer contactos, promover entendimentos e realizar a libertação pacífica dessas regiões do país. No entanto, quando o povo é forçado a tomar armas e a fazer, por meio de maneira inteiramente justa, ser contra a que o povo agisse realmente assim, exigir que capitulasse diante do inimigo em ofensiva, significaria tomar a linha do oportunismo. Apoiar a linha da revolução ou a linha do oportunismo — era o grande problema de saber-se um povo de 600 milhões devia tomar o poder em suas mãos quando para isso as condições estavam maduras. Nosso Partido tomou o caminho da revolução, em resultado do qual, em nossos dias, existe a República Popular da China.

AS PARTICULARIDADES DO PERÍODO DE TRANSIÇÃO

Com a formação da República Popular da China e graças ao fato de que a classe operária, em estreita aliança com numeroso campesinato conquistou o poder no país, seu Partido político, — o Partido Comunista da China — se tornou um Partido que dirige o poder político, e a ditadura democrática do povo — tornou-se no fundo uma das formas da ditadura do proletariado; isso possibilitou que nossa revolução democrático-burguesa se transformasse imediatamente, por via pacífica, em revolução proletária, socialista. Por isso, a formação da República Popular da China representa a conclusão, no fundamental, da etapa da revolução democrático-burguesa na China e o começo da etapa da revolução proletária, socialista, o início do período de transição de nossa sociedade do capitalismo para o socialismo.

Quais são, porém, as particularidades fundamentais do período de transição em nosso país? Em primeiro lugar, nosso país é industrialmente atrasado. Para construir o socialismo é necessário desenvolver a indústria socialista e antes de tudo a indústria pesada, para transformar o nosso país de atrasado e agrário em avançado e industrial. No entanto, para isso é necessário tempo bastante prolongado.

Em segundo lugar, em nosso país, são aliados da classe operária, não só os camponeses e a pequena burguesia urbana, mas também a burguesia nacional. Por isso, para transformar uma velha economia é necessário recorrer ao método da transformação pacífica, não só em relação à agricultura e à indústria artesanal, como também em relação à indústria e comércio capitalistas. Tudo isso exige, porém, continuidade e tempo.

Partindo da situação concreta vigente em nosso país, o Comitê Central definiu da seguinte maneira a linha geral de nosso Partido no período de transição: realizar gradualmente, durante período suficientemente longo, a industrialização socialista do país e realizar progressivamente as transformações socialistas na agricultura, na indústria artesanal e na indústria e comércio capitalistas. Essa orientação geral foi estabelecida pelo Partido em 1952, no final do período de restauração da economia nacional, e em 1954 foi aprovada pela Assembléia Pan-Chinesa dos representantes do povo e inscrita na Constituição da República Popular da China como tarefa fundamental do país no período de transição.

A linha geral do Partido no período de transição é o farol que ilumina todo o nosso trabalho. Se em nossas atividades nos afastamos dessa linha incorreremos, indubitavelmente, nos erros de desvios de «direitas» e de «esquerdas». Durante os últimos anos os desvios da linha geral no sentido da «direita» consistiram, no fundo, na satisfação apenas pelos êxitos alcançados na revolução democrático-burguesa, na exigência de deter a revolução, na relutância em admitir a necessidade de nossa revolução se transformar em socialista, na falta de desejo de realizar uma política que corresponda à limitação do capitalismo na cidade e no campo, na falta de confiança em que o Partido possa dirigir os camponeses para o socialismo e de que o Partido possa dirigir o povo de todo o país na construção do socialismo. Por sua vez, o desvio da linha geral no sentido da «esquerda» refle-

tou-se principalmente na exigência de construir o socialismo numa boa ordem e na exigência de acabar com a burguesia nacional em nosso país pela expropriação ou, por meio da expulsão, levar a indústria e o comércio capitalista ao colapso econômico, na relutância em admitir que a passagem ao socialismo se realize por meio de avanços graduais, na falta de confiança em que possamos atingir nossos objetivos da revolução socialista por meios pacíficos. Nosso Partido condenou e rejeitou com firmeza ambos os desvios. E' perfeitamente claro que se o Partido concordasse, mesmo com apenas um desses desvios, não poderíamos construir o socialismo em nosso país ou não poderíamos construí-lo com tanto êxito como o estamos edificando atualmente.

De acordo com a linha geral para o período de transição, já em 1953 iniciávamos a realização do I Plano Quinquenal de desenvolvimento da economia nacional. O Comitê Central do Partido aprovou, inicialmente, serem necessários cerca de três quinquênios para realizar as tarefas fundamentais do período de transição. A prática da realização do I Plano Quinquenal revela que, para concluir a industrialização do país, será realmente necessário um tempo equivalente a três quinquênios ou um pouco mais. No entanto, as transformações socialistas foram realizadas, no fundamental, já no I Plano Quinquenal; no II quinquênio, as transformações poderão ser concluídas integralmente, com exceção de algumas regiões.

II

AS TRANSFORMAÇÕES SOCIALISTAS

As transformações socialistas na agricultura, na indústria artesanal e na indústria e comércio capitalistas em nosso país foram concluídas com vitórias decisivas.

Segundo os dados estatísticos referentes a junho do corrente ano, de 120 milhões de explorações camponesas existentes no país, 110 milhões, isto é, 91,7% ingressaram nas cooperativas agrícolas de produção, sendo que 35 milhões ingressaram nas cooperativas de tipo inferior e 75 milhões, isto é, a maioria, nas cooperativas de tipo superior. O movimento de ajuda mútua e cooperação também desenvolveu-se no domínio da pecuária.

Os artesãos individuais incorporaram-se às organizações cooperativas de produção, diversas quanto à sua forma. O número dos que ingressaram nas cooperativas de oficinas, nos grupos de produção e nas cooperativas de artesões de abastecimento e de venda já representa 90% dos trabalhadores ocupados na indústria artesanal. Atualmente está realizada, no fundamental, a cooperação entre os trabalhadores individuais que se dedicam aos ofícios da pesca, da extração do sal, e do carvão.

No fundamental, já está realizada a transformação completa por setores em todas as empresas da indústria e do comércio capitalistas em empresas mistas estatais-particulares. A cooperação também foi concluída, no fundamental, no pequeno comércio individual que realiza a compra e a venda em comissão — por encomenda do comércio estatal e cooperativo.

Todos êsses êxitos foram alcançados, principalmente, durante o ascenso do movimento, iniciado na segunda metade de 1952, pelas transformações socialistas na agricultura, na indústria artesanal, e na indústria e comércio capitalistas.

A origem desse ascenso no movimento pelas transformações socialistas não foi casual e sim resultado inevitável das condições sociais amadurecidas no país após 1949.

AS BASES DO SETOR SOCIALISTA DA ECONOMIA

Depois da criação da República Popular da China o governo popular confiscou todas as empresas do capital burocrático, dominante anteriormente na economia do país, inclusive as empresas japonesas, alemãs e italianas existentes na China, em poder do governo do Kuomintang após a vitória na guerra anti-japonesa. Assim, o Estado tomou conta dos maiores bancos, le quase todas as estradas de ferro, da esmagadora maioria das empresas siderúrgicas e da parte fundamental das empresas dos demais setores da indústria pesada e também de alguns importantíssimos setores da indústria leve. Isto criou a base para a situação preponderante hoje ocupada pelo setor socialista em nossa economia.

Em seguida, o governo popular desenvolveu por todos os meios a indústria estatal, os transportes e outras empresas estatais. Em 1949, a produção total da indústria estatal era apenas 26,3% de toda a produção industrial no país, mas já em 1952 representava 41,3%, elevando-se para 51,3% em 1955.

O governo popular transformou os bancos particulares, grandes e pequenos, em bancos mistos estatais-particulares, sob a direção dos bancos do Estado. As operações bancárias de crédito e seguro e também o comércio do ouro, da prata e das divisas estrangeiras foram concentradas nas mãos do Estado. O governo popular estabeleceu controle sobre o comércio exterior e as operações com divisas. Criou um comércio estatal um em todo o país e a cooperação de suprimento de venda que se reforçam economicamente; concentrou em suas mãos as espécies mais importantes de matéria prima industrial e as fontes de mercadorias básicas; nacionalizou progressivamente o comércio por atacado e reforçou a posição dirigente ocupada pelo comércio estatal no mercado interno. O desenvolvimento rápido do setor socialista da economia permitiu-lhe criar a base material para a realização de transformações socialistas na agricultura, na indústria artesanal, e na indústria e comércio capitalistas.

No entanto, para concluir as transformações socialistas, foi necessário também realizar uma política que leve em conta a situação vigente no país, e dar os passos correspondentes nesse domínio. E só nessas condições as amplas massas camponesas e artesãs começaram a ingressar voluntariamente nas economias coletivas, enquanto que a burguesia nacional aceitava mais ou menos de boa vontade as transformações socialistas.

A TRANSFORMAÇÃO SOCIALISTA DA AGRICULTURA

Foi a política que pusemos em prática e que passos demos. A seguir, vamos-nos deter resumidamente em cada transformação ocorrida na agricultura, na indústria artesanal e na indústria e comércio capitalistas. E' necessário considerarmos de tudo, as transformações socialistas verificadas na agricultura.

O movimento pela cooperação na agricultura em nosso país teve na base a realização total das transformações agrícolas. Realizando estas transformações, não foi simplesmente por decreto e por condescendência que o Partido divulgou as terras entre os camponeses. Após a criação da República Popular da China levamos três anos bem contados para elevar a consciência de classe dos camponeses (em particular dos camponeses pobres) e através de lutas dos próprios camponeses realizar essa tarefa por meio da aplicação completa da linha das massas, que mobilizou todos os camponeses. Foi necessário gastámo-nos tanto tempo? Consideramos ter sido inteiramente necessário. O método por nós utilizado permitiu que os camponeses se erguessem, se organizassem acompanhando firmemente o Partido e o governo popular, fossem fortemente o poder no campo e dominassem o campo das armas. Por isso, as transformações agrícolas, não só no sentido econômico liquidaram a classe dos latifundiários e enraqueceram consideravelmente os Kulaks, como também derrotaram politicamente os latifundiários e isolaram os Kulaks. As amplas massas do campesinato conscientizaram-se a exploração exercida pelos latifundiários e Kulaks como coisa indigna. Isto criou, justamente, condições favoráveis às transformações socialistas subsequentes, reduzindo consideravelmente o tempo para a introdução do cooperativismo na agricultura.

Camponeses pobres e os assalariados agrícolas representam 60 a 70% da população agrícola na velha China. Completários ou semi-proletários do campo e facilmente aceitam a direção exercida pela classe operária, desenvolvendo atividade tanto na revolução democrático-burguesa como na revolução socialista. Depois das transformações econômicas a situação das amplas massas camponesas melhorou e muitos camponeses pobres e assalariados agrícolas tornaram-se camponeses médios. No entanto, em vista da escassez de que há pouca terra no campo e muitas pessoas em vista de que em média para cada pessoa no país há apenas três mu de terra arável (cerca de 1/5 de hectare) em muitos lugares no sul, há apenas um mu ou ainda menos para os camponeses pobres e as camadas inferiores dos camponeses médios, ainda continuam a representar na aldeia de 50 a 60%. Se continuassem com as explorações individuais, suas condições de vida confortável seriam irrealizáveis. Por isso os camponeses pobres e os camponeses não abastados que constituem a maioria no campo, acolheram ativamente o apelo do Partido e expressaram o desejo de caminhar para o cooperativismo. Imediatamente após as transformações agrícolas começamos a criar, em ampla escala entre os camponeses, grupos agrícolas de produção e de ajuda mútua, os quais têm embriões de socialismo. Eram organizações baseadas no trabalho coletivo. Graças às vantagens oferecidas pelo trabalho coletivo, em comparação com o trabalho em separado 40% das explorações camponesas no país participaram em 1952, das organizações de ajuda mútua, tendo sua quantidade aumentado para 58%, em 1954. Com base nessas organizações, a partir de 1952 o C.C. do Partido começou a realizar sistematicamente o desenvolvimento das cooperativas agrícolas de produção, de caráter semi-socialista, cooperativas de tipo inferior, nas quais a terra assalaria a forma de cota, haveria administração única, mas como antes mantivera a propriedade privada da terra e dos instrumentos básicos de produção. Em fins de 1951 havia pouco mais de 300 cooperativas deste tipo. No entanto, em vista de suas vantagens em relação às organizações de ajuda mútua, na primeira metade de 1955 seu número já havia chegado a 670 mil, chegando cerca de 17 milhões de explorações camponesas. Como todos sabem, a partir do segundo semestre de 1954 quando o Comitê Central e o camarada Mao Tsé-Tung iniciaram a superar as concepções conservadoras da pesadíssima cooperação, as cooperativas agrícolas de produção seguiram desenvolvendo-se particularmente rápido. Em seguida as cooperativas de tipo inferior começaram a se transformar em massa em cooperativas socialistas de tipo superior. As condições de organização de produção ainda mais eficazes cooperativas a terra e outros meios de produção fundamentais passaram de propriedade privada a propriedade coletiva.

Estes demonstram que o método de avanço gradativo e nosso Partido ocorreu é eficiente porque no decorso da cooperação oferece aos camponeses várias vantagens, entre-lhes se habituaram pouco a pouco às formas coletivas de produção e abrir mão de maneira bastante indolor. Um sucesso da propriedade privada sobre a terra e sobre os meios de produção básicos e passar à propriedade coletiva este método permitiu, assim, evitar ou reduzir consideravelmente o dano que poderia ser causado por modificações bruscas.

COOPERAÇÃO NA AGRICULTURA

Necessário da cooperação na agricultura a política de classe. Partido consiste em facilitar aos camponeses pobres e camadas inferiores dos camponeses médios, os quais em antes das transformações no campo camponeses pobres a situação de preponderância na direção das cooperativas e, por isso, reforçar a aliança com o campesinato cooperativista e as camadas inferiores dos camponeses médios e até mesmo dos camponeses pobres. Regra geral, êsses camponeses abastados apoiam o Partido Comunista e o governo popular — muitos deles somente depois das trans-

formações agrícolas iniciaram vida nova — mas manifestaram inevitavelmente vacilações quanto ao problema de tomar o caminho do cooperativismo. A chave para reforçar a aliança com os camponeses médios e a necessidade de realizar firmemente no movimento em pró do cooperativismo, a política de voluntariedade e da ajuda mútua. Essa política é aplicável a todos, tendo para os camponeses médios significação particularmente importante. Partido não só probe que se obriguem os camponeses pobres, a ingressar nas cooperativas, como também estabelece a diretiva de, antes de tudo, incorporar — os camponeses pobres e as camadas inferiores dos camponeses médios, e em regra geral, não incorporar nas cooperativas camponeses médios relativamente abastados. O Partido também aponta que antes e depois do ingresso dos camponeses médios nas cooperativas, em particular na solução dos problemas relativos aos meios de produção incorporados à cooperativa, não se pode permitir que se atente contra seus interesses e que se ganhe à sua custa. Evidentemente, também não se pode permitir que os camponeses médios atentem contra os interesses dos camponeses pobres e tenham qualquer vantagem à sua custa. A justa política do Estado na questão dos cereais exerce influência favorável também sobre os camponeses indólos. Desde 1953, o Estado realiza a compra centralizada e a venda de cereais e de outros produtos agrícolas básicos, estabelecendo os preços justos. Em consequência, acabou-se, no fundamental, com a especulação capitalista com êsses produtos no mercado. Em 1955, o Estado estabeleceu determinado volume de compra de cereais, em consequência do que foi corrigido o erro do ano anterior consistente na compra injustificável de sete bilhões de toneladas de cereais acima da norma. Isto desfez as apreensões dos camponeses a respeito da quantidade demasiadamente elevada das compras de cereais pelo Estado. Graças ao fato de que o Partido seguiu de maneira firme e incansável a orientação no sentido da aliança com o campesinato, de que os camponeses médios tenham se convencido da falta de perspectiva apresentada pelo caminho de desenvolvimento capitalista e das vantagens da produção cooperativa, as quais se tornam dia a dia mais evidentes, durante o ascenso do cooperativismo as amplas massas dos camponeses médios abandonaram suas vacilações e começaram a ingressar ativamente nas cooperativas.

A REEDUCAÇÃO DOS KULAKS

Durante os últimos anos, o Partido orientou de maneira consequente o campesinato no sentido de evitar a atividade de sapa desenvolvida pelos antigos latifundiários e Kulaks, que se manifestaram contra o cooperativismo e no sentido de lutar contra os mesmos. No período inicial do cooperativismo foram proibidos de ingressar nas cooperativas e somente após a vitória conquistada no movimento pelo cooperativismo, o Partido tomou a decisão de possibilitar — considerando a situação concreta e as diferenças na situação social — aos ex-latifundiários e Kulaks trabalhar nas cooperativas, definindo sua posição nas mesmas, concedendo-lhes pagamento igual por trabalho igual, para reduzi-los e torná-los homens novos.

Grças à realização dessa política, menos de 4 anos após a conclusão das transformações agrícolas do país podemos, no fundamental, concluir as transformações socialistas na agricultura e organizar cerca de 1 milhão de cooperativas de produção agrícola de tipo superior e inferior, as quais abrangem 110 milhões de explorações camponesas.

A INDÚSTRIA ARTESANAL

Vamos-nos deter, a seguir, no problema das transformações socialistas na indústria artesanal e em outros ofícios isolados.

As amplas massas dos artesãos individuais em nosso país, com pequenas exceções daqueles que produzem e vendem seus produtos de maneira independente, apoiaram-se no comércio estatal, nas cooperativas de abastecimento e de vendas em empresas capitalistas, instituições que lhes forneciam matérias primas, vendiam seus produtos e concediam-lhes créditos. A maioria deles vivia com dificuldade, não era assistida em caso de doença, de incapacitação para o trabalho ou de morte. A maior parte da maquinaria que empregavam era obsoleta — podia ser expulsa pela moderna produção mecanizada. Tudo isso despertava neles a tendência a se unificarem e a superarem essas dificuldades sob a direção do setor estatal da economia nacional. Se falarmos, porém, no ponto de vista dos interesses de toda a economia nacional, torna-se necessário continuarmos a manter e desenvolver muitas empresas da indústria artesanal, não só para satisfazer às amplas necessidades do mercado interno, como também em parte para exportação. Quanto aos trabalhadores individuais dos ofícios da pesca, da extração do sal e dos transportes de carretas, e também quanto aos pequenos lojistas e vendedores ambulantes, os quais, na China, também representam grande quantidade, sua situação quase não se distinguia da dos artesãos.

Com a realização das transformações socialistas na indústria artesanal e nos ofícios da pesca, da extração do sal e dos transportes de carretas empregávamos, regra geral, as formas da cooperação. Durante os anos passados o movimento pelo cooperativismo nestes setores desenvolveu-se sem cessar. Em 1955, o número dos artesãos reunidos em cooperativas representava 29% de todos os ocupados na indústria artesanal. O movimento pelo cooperativismo na indústria artesanal e em outras explorações individuais desenvolveu-se amplamente desde a primeira metade do corrente ano. Em seu desenvolvimento, algumas das cooperativas recém-criadas tiveram uma forma de transição — o grupo de produção — enquanto que a maioria, saltando esta fase, foram criadas diretamente no corrente ano durante o ascenso de movimento cooperativista. Além disso, pequena parte das empresas na indústria artesanal e nos transportes fluvial e de tração animal, que funcionavam de maneira capitalista, em conjunto com as empresas da indústria e do comércio capitalistas passaram para a administração mista estatal-privada.



Liu Chao Chi, Secretário-Geral do Partido Comunista, Chinês

Os pequenos lojistas e vendedores ambulantes são transformações socialistas do comércio. No processo das transformações socialistas, com exceção da parte de suas atividades que passaram, em conjunto com as empresas do comércio capitalista, para a administração mista estatal-privada, os pequenos lojistas e vendedores ambulantes também, regra geral, tomaram o caminho do cooperativismo, organizando lojas e grupos cooperativistas. Os grupos cooperativistas organizados pelos pequenos lojistas e vendedores ambulantes realizam por incumbência das empresas comerciais do Estado e das cooperativas de abastecimento e de venda, a compra e a venda em comissão, conservando a forma conveniente para os consumidores de comércio disperso e de distribuição à domicílio e suas peculiaridades anteriores de administração da economia que correspondem ao costume da população.

AS TRANSFORMAÇÕES NO SETOR CAPITALISTA

Finalmente, permiti que me detenha na questão das transformações socialistas na indústria e no comércio capitalistas.

Ocupando situação dominante em nosso país, a grande burguesia era representada principalmente pela burguesia compradora burocrática. Como afirmamos acima, esta classe há muito tempo foi varrida pela revolução. Na velha China existiam contradições entre os interesses da burguesia nacional e os interesses do imperialismo, das forças feudais e do capital burocrático. Na revolução democrático-burguesa manifestou-se o duplo caráter da burguesia nacional: por um lado e em determinadas condições, estava disposta a participar na luta contra o imperialismo e o domínio reacionário exercido pelo Kuomintang; por outro lado, participando desta luta, freqüentemente vacilava ou chegava a acordos. Após a formação da República Popular da China a burguesia nacional apoiou a ditadura democrática do povo, o programa comum e a Constituição, tencionando continuar a luta contra o imperialismo e aprova as transformações realizadas no campo, mas sente o desejo profundo de desenvolver o capitalismo. Por isso, nossa política em relação à burguesia nacional, é, como antes, política de união com a burguesia nacional e de luta contra ela, política de alcançar a união por meio da luta. Isto quer dizer que, com base na aliança entre operários e camponeses, a classe operária continua a manter a política de aliança com a burguesia nacional. No sentido econômico, as empresas industriais e comerciais capitalistas desempenham um duplo papel: contribuindo para a prosperidade nacional e para o bem-estar do povo, ao mesmo tempo representam obstáculo a essa prosperidade e bem-estar. Por isso, o Estado recorreu à política de utilização, restrição e transformação das empresas industriais e comerciais capitalistas. De acordo com esta política a classe operária estabeleceu também, no domínio da economia, a aliança com a burguesia nacional, na qual o setor estatal da economia dirige o setor capitalista, graças a que a propriedade privada capitalista se transforma gradativamente através das diferentes formas do capitalismo de Estado, em propriedade socialista de todo o povo.

O Estado deve realizar a política de utilização da indústria e do comércio capitalistas, partindo não só da possibilidade de a burguesia nacional aceitar esta política, como também da necessidade econômica de utilizarmos a indústria e o comércio capitalistas no período de transição. No primeiro período posterior à libertação do país, apresento-se-nos a importantíssima tarefa de restaurar a economia nacional, seriamente destruída pelo imperialismo e o domínio reacionário exercido pelo Kuomintang. Ao mesmo tempo, em consequência do grande atraso da economia de nosso país, e da predominância nela da pequena produção, vimos-nos diante da necessidade de utilizar todas as possibilidades econômicas no interesse da restauração e da edificação da economia nacional.

ASSEGURADA POR LEI NOVA

Revisão do Salário - Mínimo em 1957

OBRIGATORIA A REVISÃO DE TRÊS EM TRÊS ANOS, INDEPENDENTEMENTE DOS AUMENTOS HAVIDOS NESSE INTERSTÍCIO — OPORTUNIDADE PARA A CORREÇÃO DE INJUSTIÇAS VERIFICADAS COM A DECRETACÃO DOS NÍVEIS ATUAIS

EM DECLARAÇÕES a um vespertino carioca, o sr. Luiz Correia, presidente da Comissão de Revisão do Salário-Mínimo no Distrito Federal, chama a atenção para o fato de que a lei estabelece a revisão periódica, de três em três anos, do salário-mínimo, independentemente de elevações por acaso havidas nesse interstício. Deste modo, a recente elevação do salário-mínimo não exclui a imperiosidade de que seja procedida uma revisão no próximo ano, como determina a lei.

Isto é tanto mais necessário quanto, como se sabe, os níveis fixados em julho pelo presidente Kubitschek assinalaram, em muitas regiões, grande divergência em relação às conclusões a que chegaram as Comissões Regionais. Em algumas delas o salário-mínimo fixado não chegou a 70% do nível reclamado pelas comissões paritárias.

Acresce, ainda, que a fixação dos novos níveis de salário-mínimo não foi acompanhada das competentes medidas para contenção da alta do custo de vida, conforme prometera, aliás, o próprio presidente Kubitschek. O que se viu e o que se verifica, ainda, é a elevação diária dos preços, elevação geralmente manipulada por grupos econômicos poderosos, tanto nacionais como estrangeiros. Assim, os benefícios conquistados pelos trabalhadores com o salário-mínimo estão sendo tragados pela orgia dos preços, que vem anulando sistematicamente o pequeno aumento do poder aquisitivo dos que vivem de salários.

Tudo indica, portanto, a necessidade de os trabalhadores, através de seus sindicatos e baseando-se em determinações expressas da lei, se empenharem, desde já, para que seja procedida uma nova revisão do salário-mínimo no próximo ano. Segundo informa o sr. Luiz Correia, a comissão por ele presidida já está tomando providências no sentido de um levantamento rigoroso do custo da vida que permita a revisão, no tempo adequado, do nível do salário-mínimo. Os sindicatos não ficarão estranhos, certamente, a esta questão essencial à defesa e melhoria do nível de vida dos trabalhadores.

É certo, entretanto, que simultaneamente com as providências a serem adotadas para a obtenção desta revisão em 1957, os trabalhadores terão de enfrentar várias questões suscitadas pelo recente aumento do salário-mínimo. Uma delas é o reajustamento geral dos salários, desde que a elevação do salário-mínimo não se fez acompanhar de uma melhoria nos salários dos trabalhadores que já tinham remuneração igual ou superior aos níveis mínimos fixados para cada região. Desta forma, velhos profissionais estão hoje percebendo salários iguais ou quase iguais ao salário inicial, que é o salário-mínimo.

Além disso, há o problema sempre presente da carestia da vida, que reclama uma atenção cada dia maior dos sindicatos e de todas as organizações operárias, desde que é plenamente possível a adoção de algumas medidas práticas capazes de conter a onda vertiginosa de aumento dos preços.

«A REVOLUÇÃO DO PROGRESSO NACIONAL»

SOBRE UM DISCURSO DO SR. JUSCELINO KUBITSCHKE NA INAUGURAÇÃO DA FÁBRICA DE CAMINHÕES «MERCEDES BENZ» EM SÃO PAULO

Foram inauguradas, à semana passada em São Bernardo do Campo (S. Paulo) as instalações da fábrica de caminhões «Mercedes Benz» (de capitais alemãs e brasileiras). A fábrica envolve investimentos em máquinas e divisas estrangeiras, da ordem de 6 milhões de dólares e deverá produzir, a

partir de 1958, seis mil caminhões por ano. Inicialmente, esses caminhões terão setenta e cinco por cento de peças de fabricaço nacional e noventa por cento a partir de julho de 1959. A fábrica se inclui dentro do Plano Nacional Automobilístico elaborado pelo governo do sr. Juscelino Kubitschek.

A instalação da «Mercedes Benz» é uma importante iniciativa para o progresso econômico do país, já que, além de grande importância de caminhões e de peças gastadas, anualmente, entre 200 e 250 milhões de dólares. A produção da Mercedes Benz constituirá, por isto, um desajuste neste item das despesas cambiais do Brasil.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SERVIDORES PÚBLICOS

Sob a coordenação da União Nacional dos Servidores Públicos (UNSP), reunir-se-á no Rio de Janeiro, nos dias 1, 2 e 3 de novembro vindouro, uma Conferência das Associações de Servidores Públicos de todo o país. A reunião fora anteriormente convocada para fins de outubro, tendo sido adiada por seus promotores.

O objetivo principal do mencionado encontro é debater a forma de organização do funcionalismo civil brasileiro, desde as repartições locais até o âmbito nacional, e indicar a estrutura orgânica a ser seguida no futuro.

No dia 1º de novembro, também se reunirá o Conselho Nacional Deliberativo da UNSP.

DISCURSO DO SR. KUBITSCHKE

Na solenidade de inauguração, o sr. Juscelino Kubitschek pronunciou um discurso de grande importância pelos problemas tratados.

«A revolução de hoje, assinalou o presidente da República, é a do desenvolvimento nacional. É esta a revolução que o povo brasileiro deseja, espera e aplaude... Em todo o Brasil, de Norte a Sul, a idéia do desenvolvimento, da necessidade de desenvolvimento, dentro da planificação, ganhou campo, conquistou brasileiros cansados de promessas não cumpridas, de um palavrório inconsequente».

São justas estas palavras do sr. Kubitschek. Entretanto, o problema crucial de nosso país é o de superar rapidamente o atraso econômico em que ainda se encontra e o da elevação simultânea do nível de vida das grandes massas populares. Não se pode duvidar que existem, no atual governo, influentes correntes interessadas neste desenvolvimento e que procuram encontrar caminhos razoáveis para alcançá-lo. Algumas iniciativas do governo, como, por exemplo, a barragem de Três Marias, a nova política atômica, etc., correspondem a este objetivo.

MEDIDAS QUE SE IMPÕEM

Entretanto, não basta se desejar o progresso econômico do Brasil para realizá-lo. É necessário ter a resolu-

ção de afastar os empecilhos a este progresso. Entre tais empecilhos avultam, de um lado, a distorção da nossa economia sob controle, em seus ramos fundamentais, de poderosos trustes norte-americanos e, de outro lado, a pesada carga do latifúndio semi-feudal. Ainda quando, inicialmente, não se chegou à adoção de medidas radicais para a eliminação desses dois fatores do atraso do nosso país, é possível e indispensável, pelo menos, que se adotem providências que restrem, gradualmente, a ação perturbadora dos monopólios norte-americanos e do latifúndio semi-feudal sobre o desenvolvimento da economia nacional. Assim, a libertação do nosso comércio exterior do mercado único norte-americano, uma disciplina mais rigorosa das transferências de lucros para o exterior e uma justa seleção das inversões estrangeiras tendo em vista os interesses nacionais são providências que se collocam no primeiro plano, juntamente com várias medidas relacionadas com o problema da terra e das relações de trabalho no campo. Algumas dessas medidas já foram mesmo objeto de projetos que se encontram na Câmara dos Deputados.

GREVE DE PROTESTO DO PROFESSORADO PAULISTANO

Cerca de 2.000 professores da capital de São Paulo realizaram, no dia 26 de setembro, uma greve de protesto contra a tentativa do Ministério da Educação de suprimir a suplementação de salário-hora dos professores dos colégios particulares. A greve paralisou perto de 200 colégios contando, inclusive com a adesão e solidariedade da maioria dos diretores. Adiriram ao movimento inclusive estabelecimentos de ensino que não se beneficiam com a suplementação propiciada pelo Fundo Nacional de Ensino Médio.

O que ressalta do movimento é, particularmente, a unanimidade pela qual o professorado paulista se mobiliza para a defesa desta reivindicação. Embora ela beneficie apenas os professores dos colégios particulares, a greve contou de imediato com a solidariedade de todo o magistério, da Associação do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo, dos professores das escolas de ensino primário, etc. Os estudantes, através de suas entidades, apoiaram também o movimento dos professores, que recebeu, além disso, solidariedade da Assembléia Estadual e da Câmara Municipal.

Foi esta a primeira vez em que professores do ensino médio recorreram, em nosso país, à arma da greve na luta por seus legítimos direitos. O movimento torna-se, assim, um exemplo para o professorado de todo o país, empenhado na mesma luta, e que, através de seus sindicatos, procura presentemente demover o Ministério da Educação do propósito de suprimir o Fundo Nacional de Ensino Médio e extinguir a suplementação concedida aos colégios para melhoramento dos salários dos professores.

SITUAÇÃO DE UMA FÁBRICA TÊXTIL NO D.F.

Capital e Lucros da «Nova América»

EM CINCO ANOS O CAPITAL SOCIAL CRESCEU DE 220 MILHÕES DE CRUZEIROS, DOS QUAIS 200 MILHÕES FORAM LUCROS REINVESTIDOS -- APESAR DA GRANDE INVERSÃO DE LUCROS, DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS SUPERIORES A 20%

É comum aos patrões alegarem dificuldades financeiras de toda ordem quando seus operários reclamam melhores salários. Daí a importância para os trabalhadores — especialmente os sindicatos e os conselhos sindicais de fábrica — do conhecimento exato da situação de cada uma das empresas, a fim de conduzirem com segurança suas lutas reivindicativas e mesmo formularem realisticamente suas reivindicações.

A «NOVA AMÉRICA»

Com este fim divulgamos dados fornecidos pelo boletim «Títulos e Valores», n. 10, elaborado pelo Banco Holandês Unido para uso de seus clientes e homens de negócios. Os dados referem-se a uma grande empresa têxtil do Distrito Federal — a Fábrica «Nova América» (grupo «América Fabril»).

A «Nova América» constituiu-se em 1924 com um capital de 20 milhões de cruzeiros. Em 1950, este capital, graças principalmente à incorporação de lucros, já era de 80 milhões. Em 1952 o capital foi elevado para 180 milhões de cruzeiros, por meio da distribuição de 100 milhões de cruzeiros em ações gratuitas à base de 5 ações novas para 4 possuídas. Quer dizer: de 1950 para 1952 foi mais que duplicado apenas com a incorporação de uma parte dos lucros ao capital. Em 1954 a empresa aumentava novamente o capital, que passou para 300 milhões de cruzeiros. Cem milhões de cruzeiros correspondiam, ainda uma vez, a lucros reinvestidos, e foram distribuídos em forma de ações gratuitas entre os acionistas. Assim, do capital atual — 300 milhões de cruzeiros — mais de 200 milhões correspondem a lucros incorporados ao capital inicial.

Isto por si mesmo evidencia a alta margem de lucros que tem obtido a «Nova América», particularmente a partir de 1951.

OS LUCROS

No ano passado, a «Nova América» apresentou um lucro líquido de 180 milhões de cruzeiros, o que corresponde à taxa de 60% sobre o capital. Distribuiu dividendos, entre os acionistas, de 21%. E reteve 117 milhões a título de reservas. No primeiro semestre do corrente ano os lucros líquidos da «Nova América» se elevavam a 80 milhões de cruzeiros, o que demonstra que, até o fim do ano, não serão inferiores aos altos lucros de 1955.

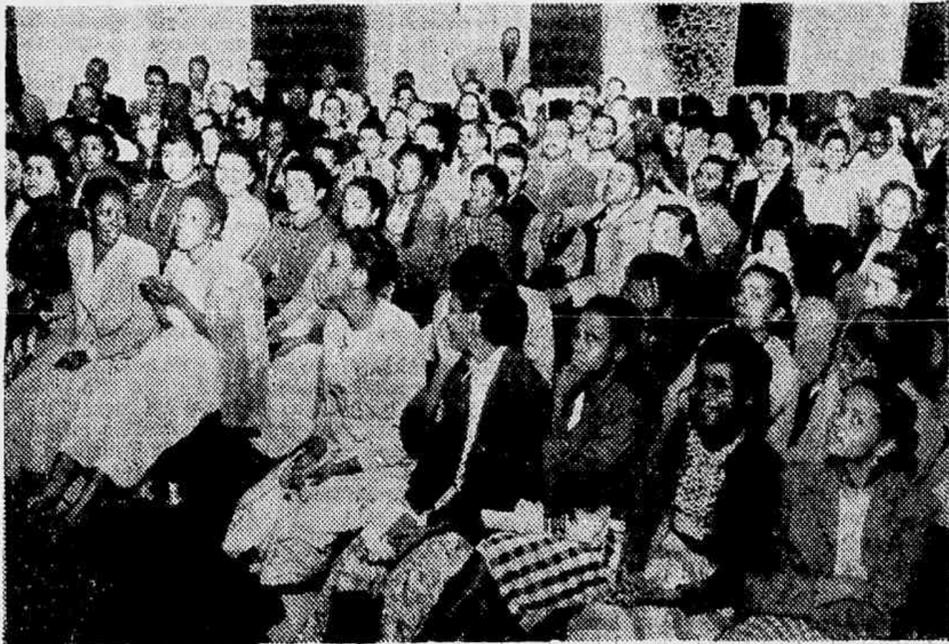
COTAÇÕES DAS AÇÕES

A boa (ou melhor: ótima) situação da empresa evidencia-se, também, na cotação de suas ações, na bolsa de valores do Rio de Janeiro. Em 1955 foram ali negociadas 102.964 ações da «Nova América», que têm o valor nominal de 100 cruzeiros. O preço médio de cada ação chegou a mais de 500 cruzeiros; atualmente estão cotadas as ações a cerca de 700 cruzeiros.

É necessário acrescentar que a «América Fabril» quase não se ressentiu com as variações decorrentes dos êgios de importação, já que 92% da matéria-prima que consome pode adquiri-la no próprio país.

O REAJUSTAMENTO DOS SALÁRIOS

Os trabalhadores têxteis cariocas, após a conquista do salário-mínimo, empenham-se atualmente em obter um reajustamento geral dos salários, de modo a evitar que a remuneração do trabalho especializado fique nivelada ao mínimo. Pelos dados que acima apresentamos os trabalhadores podem empenhar-se nesta luta com uma convicção: empresas como a «Nova América» têm todas as condições econômicas para realizarem imediatamente este reajustamento salarial. E é evidente se a situação econômica é ótima para a «Nova América», não será ruim para o conjunto da indústria têxtil.



Apesar de seus grandes lucros, a «Nova América» foi uma das empresas a iniciar a dispensa em massa de operários quando se anunciou a revisão do salário-mínimo. NA FOTO, demitidos da «Nova América» e de outras fábricas têxteis cariocas numa reunião no Sindicato da corporação. Os trabalhadores foram readmitidos.

Voz dos Leitores

OBTÉM LUCROS FABULOSOS E SOBE DIREITOS DOS TRABALHADORES

DO SR. NAZARENO CIAVATTA (Ribeirão Preto, S. P.), recebemos carta que resumimos a seguir:

«Os latifundiários e grandes fazendeiros dessa região, embora se recusem furiosamente a reconhecer aos trabalhadores rurais vários direitos inscritos na Consolidação das Leis do Trabalho (salário mínimo, férias, repouso semanal remunerado, aviso-prévio), obtêm lucros fabulosos. O sr. Antônio Lopes Veludo, por exemplo, proprietário da fazenda Santa Eugênia (município de Barrinha), tem plantados 250 mil pés de café. Em 1955, ele colheu 2.400 sacos de café, que foram vendidos por Cr\$ 2.000.000,00 (Cr\$ 850,00 o saco). Aos colonos, o sr. Veludo pagou 3 mil cruzeiros por mil pés (total: 750 mil cruzeiros). Seu lucro, portanto, foi de Cr\$ 1.290.000,00. Embora obtivesse este lucro, o fazendeiro paga 25 cruzeiros por dia para os colonos tratarem seu arroz e depois coloca camaradas nos cafezais que estão sob a responsabilidade dos colonos e cobra destes Cr\$ 70,00 por dia de trabalho de cada camarada. No ano de 1956, este mesmo fazendeiro colheu 6 mil sacos, que lhe renderam Cr\$ 5.100.000,00. Desses, seu lucro foi de Cr\$ 4.250.000,00. Apesar disso, os direitos líquidos assegurados aos trabalhadores são...

IRREGULARIDADES NA LIGHT

Do correspondente da VOZ da Light (D.F.), recebemos: «A 4a. seção do Tráfego (Light) está completamente desaparecida para atender os trabalhadores, no que se refere à higiene. Não há bebedouros, o que cria grandes dificuldades para os servidores, particularmente nesta época de calor. Além disso, há apenas 3 vasos sanitários para atender 450 pessoas! Sabe-se que, para esse número de pessoas, são necessários 20 vasos, mas só existem esses e assim mesmo de vez em quando ficam um ou dois fechados durante semanas a fio, impedindo de funcionar. Os trabalhadores já reclamaram contra isso, o Sindicato já se dirigiu à Light solicitando as necessárias providências, mas, apesar da Cia. ter respondido que ia atender até hoje nada fez para melhorar essa situação. Essas pequenas reivindicações, juntamente com outras como a falta de trôco, as perseguições, as demissões visando anular os direitos que

os trabalhadores adquiriam, dos lutarem organizadamente indicam a necessidade de to- e unidos dentro do Sindicato.»

I CONGRESSO FLORESTAL MUNICIPAL DO BRASIL

O sr. Demócrito Morgado, de Guarapuava (Paraná), enviou-nos boletins sobre o I Congresso Florestal Municipal do Brasil, que se realizará naquela cidade de 9 a 12 de dezembro vindouro. Antes, haverá o Congresso Municipal de Guarapuava, grande centro madeireiro que possui 136 serrarias, 15 beneficiamentos de madeiras, 8 laminadoras e 222.000 cabeças de bovinos. Os dois municípios vizinhos, Pitanga e Laranjeiras do Sul, possuem mais 150 serrarias.

Agradecemos ao sr. Demócrito Morgado sua colaboração.

LAVRADORES DE CAFELÂNDIA DIRIGIRAM-S AO GOVERNO

CAFELÂNDIA, S. P. (do correspondente) — Lavradores deste município dirigiram aos srs. Juscelino Kubitschek e João Goulart, um memorial expondo suas reivindicações e reclamando providências do governo para minorar a situação alarmante de miséria em que vivem os trabalhadores rurais no trecho da linha Noroeste pertencente a São Paulo.

Reivindicações

Depois de dizer que o pauperismo e a fome crescem rapidamente naquela região porque os fazendeiros não plantam e não permitem que se plante em suas terras senão café, os signatários reivindicam: plantio de uma cova de milho em cada vão de pé de café; uma carreira de feijão-vara em cada rua, da secca e das águas; uma carreira de arroz em parte dos cafezais que usam contrato do café anual, nos seguintes preços: com 15 palmos de largura, Cr\$ 6.000,00; com 18 palmos, Cr\$ 6.500,00; com 20 palmos, Cr\$ 7.000,00, com direito ao plantio acima e recebendo 12 por cento do valor do produto por café derricado e levantado pelo colono; pagamento de Cr\$ 60,00 por dia a secca de trabalho do colono para a fazenda (Cr\$ 50,00 para as mulheres e Cr\$ 40,00 pa-

ra os menores); as casas para os colonos fornecidas pelos fazendeiros, devem ser limpas e bem cobertas.

Moradores Organizados Conquistam Reivindicações em Juiz de Fora



«A atividade desenvolvida pela Sociedade Pró-Melhoramentos de Poços Rico, em Juiz de Fora, tem levado à conquista de várias reivindicações dos moradores daquele e de outros bairros da cidade mineira.

Entre as principais iniciativas e êxitos alcançados, destacamos:

- 1.º Foi criado e será inaugurado brevemente um posto de venda de gêneros de primeira necessidade, pela COMAP;
- 2.º Foi encaminhada à Prefeitura, que se mostra disposta a atender, a solicitação de que seja construído um prédio para a instalação de uma escola primária no bairro;
- 3.º Irá ao Rio uma comissão da Sociedade para pleitear o rápido andamento do pedido de construção de mais casas populares em Juiz de Fora, pela Fundação da Casa Popular;
- 4.º Foi criado o Departamento Feminino da Sociedade, que percorre o bairro angariando fundos para a construção da sede própria;
- 5.º Acha-se em andamento o plano de incentivo à criação de organizações congêneres em outros bairros e distritos, com o apoio de outras entidades já existentes;
- 6.º Está programada a «Festa da Primavera», de conagraçamento das sociedades de bairros e, para angariar fundos

ELEVAÇÃO DE PREÇOS

Visando angariar novos sócios e ampliar suas atividades, estão sendo realizadas reuniões itinerantes em vários pontos do bairro. Por outro lado, a Sociedade vai pleitear novas rebaixas nos preços das casas que constituem o núcleo de Poço Rico, ou então, o fiel cumprimento do acordo de outubro de 1952. A Sociedade protestará junto ao superintendente da Fundação, igualmente, contra a elevação dos preços das moradias que estavam fechadas e estão agora sendo vendidas com aumento de preços.

Na questão surgida com a pretendida colocação de uma nova linha de ônibus em lugar do bonde, existe aqui a opinião de que a Sociedade não deve concordar com essa troca. Argumenta-se que a retirada do bonde, transporte tradicional e mais barato, abriria caminho para que os troleibus impusessem o preço que bem entendessem, o que não acontecerá se a Sociedade lutar pela melhoria e extensão da linha de bondes e — se for o caso — pela instalação de novas linhas de ônibus e lotações.

As iniciativas, planos e vitórias acima enumeradas demonstram a importância das organizações populares para a conquista de melhores condições de existência e como fator de cooperação com os poderes públicos quando estes se acham interessados no atendimento das reivindicações da população.

(Do Correspondente da VOZ em Juiz de Fora — M. G.)

PARALISARAM O TRABALHO NA PREFEITURA DE CAMPINAS

DE um trabalhador da Prefeitura de Campinas (S. P.), recebemos:

«No dia 4 de setembro a maioria dos operários da D. A. E. desta Prefeitura paralizou o trabalho durante duas horas, em protesto contra o não cumprimento da nova lei salarial. Diante da manifestação, o prefeito prometeu atender à reivindicação até o dia 12, mas findo este prazo, não cumpriu seu compromisso. Em vista disso, os trabalhadores decidiram ir à greve se, no dia do pagamento seguinte, não for pago o novo salário-mínimo.

Nesta luta os trabalhadores procuraram o sr. José Lavelle, presidente do sindicato, mas ele aconselhou-os a ficarem quietos e passou a defender a Prefeitura. Devido a isso, os trabalhadores da D. A. E. estão conclamando todos os seus colegas, de todas as seções, a filarem-se ao sindicato e comparecerem às suas assembleias, como único meio de transtorná-lo em entidade de luta pelos direitos dos trabalhadores».

Desrespeita a Bangu o Novo Salário - Mínimo

DO nosso correspondente na Fábrica Bangu (D. F.) recebemos:

«A Cia. Progresso Industrial — Fábrica Bangu — continua manobrando para não pagar o salário-mínimo decretado em 14 de julho pelo presidente Kubitschek e para adiar o necessário reajustamento salarial.

Contra o desrespeito ao salário-mínimo, os tecelões do leno-xadrês promoveram mais uma paralização durante o mês de setembro. Nesse mês, aqueles operários não conseguiram atingir os Cr\$ 3.800,00 e, após a paralização, a Cia. propôs dar-lhes mais 20 por cento até novembro vindouro, com o que cobririam o salário integral. Isso prova, portanto, que o decreto do salário-mínimo não está sendo cumprido.

A Cia. prometeu, por outro lado, efetuar

o reajustamento geral em toda a fábrica no próximo mês.

Após a paralização do mês passado, a direção da tecelagem, orientada pelo sr. Guinze, dispensou o operário Sílvio por sua participação na mesma. Entretanto, não conseguiram atingir o objetivo, pois os operários protestaram, dirigiram-se em comissão ao superintendente e obtiveram a revogação da ordem, tendo o operário voltado ao trabalho no dia seguinte.

Atualmente o Sindicato dos Têxteis está dirigindo a luta por 30 por cento de reajustamento para toda a corporação, diante do que os trabalhadores da Bangu devem cerrar fileiras em torno de sua entidade e comparecer às suas assembleias».

NOVO CONTRATO DE TRABALHO NAS SALINAS DE MOSSORÓ

REORGANIZADA A ASSOCIAÇÃO DAS DONAS DE CASA

MOSSORÓ, R.G.N. (Do correspondente) — Os trabalhadores nas salinas de Mossoró e Macau conquistaram importante vitória na luta pela renovação do contrato coletivo de trabalho firmado em 1951. O fator principal da vitória foi a unidade dos Sindicatos das duas cidades, nunca conseguida até então, e que levou à assinatura do novo contrato, em sessão realizada na entidade dos trabalhadores. O contrato tem a duração de um ano e estabelece um aumento de 60 por cento para os que trabalham na extração e embarque do sal.

ORGANIZAM-SE AS DONAS DE CASA

A Associação das Donas de Casa de Mossoró foi reorganizada em assembleia que teve lugar no Sindicato da Construção Civil e que contou com a presença de personalidades, vereadores, delegado de polícia e o comandante local. No ato, ao qual compareceram dirigentes de entidades femininas de Natal e de Areia Branca, foi aprovado um programa que inclui campanhas por novas sócias, contra a carestia e por transportes coletivos para a cidade.

POSTA RESTANTE

POÇOS DE CALDAS — Em carta datada de 15/9 nosso correspondente nesta cidade extranha que não tenhamos publicado uma notícia que enviou e faz sugestões. A reclamação, entretanto, não procede: a matéria referida foi publicada em nosso número 378, de 11 de agosto do corrente ano, sob o título «Cadeia Medieval em Poços de Caldas», na «Voz dos Leitores».

Quando às carteiras de correspondentes, serão fornecidas àqueles que nos enviarem duas fotografias (3 x 4), nome e endereço completo. As fotos para clichês, por outro lado, devem ser enviadas em positivo, ampliadas (tamanho 9 x 12, 12 x 18, etc.), em papel brilhante, ou então em negativo.

NOVA PRATA — O sr. Amílcar Kontz deve enviar-nos duas fotografias tamanho 3 x 4, nome e endereço completo para receber sua carteira de correspondente.



VOZ OPERÁRIA

Diretor-Responsável

Aydano do Couto Ferraz

MATRIZ:

Av. Rio Branco, 257, 17.º and., s/ 1.712 - Tel. 42-7344

ASSINATURAS:

| | Cr\$ |
|---|--------|
| Anual | 100,00 |
| Semestral | 50,00 |
| Trimestral | 25,00 |
| Núm. avulso | 1,50 |
| Núm. atrasado | 2,00 |
| Aérea ou sob registro, despesas a parte | |
| Preço no R. G. S., Sta. Catarina e Paraná | 2,00 |
| Distrito Federal e São Paulo | 1,50 |

SUCURSAIS:

SÃO PAULO — Rua dos Estudantes nº 84 s/ 29.º and. — Tel. 37-4983.
 PORTO ALEGRE — Rua dos Andradas, 1.646 s/ 74.º and.
 RECIFE — Rua Floriano Peixoto nº 85 — 3.º and. — s/ 326.
 FORTALEZA — Rua Barão do Rio Branco, nº 1.248 — s/ 22 — Tel. 1-13-03.
 SALVADOR — Rua Barão de Cotegipe, 67 — Edifício Zacarias, s/ 203 (Calçada).
 JOÃO PESSOA — Rua Duque de Caxias, 558 — 1.º and. — Salas 3 e 4.
 Endereço Telegráfico da Matriz e das Sucursais:

VOZ PÉRIA

Nas Fazendas e Usinas de Campos Lutam Os Trabalhadores Por Seus Direitos

EXIGEM CR\$ 116,70 DIÁRIOS

TRABALHADORES RURAIS DA FAZENDA DO SR. MARINHO CAJUÇA, ao saberem que o fazendeiro só pretendia pagar \$85,00 diários, e tendo tido do próprio fazendeiro a confirmação disso, dirigiram-se, em comissão (19 trabalhadores) ao presidente do Sindicato, reclamando providências contra o desrespeito à lei do salário-mínimo, que eles estão dispostos a fazer cumprir. O presidente do Sindicato entendeu-se com o fazendeiro e, como este insistisse em burlar a lei, vai entrar com um recurso na Justiça do Trabalho.

O MESMO fez uma comissão de trabalhadores (17 pessoas) da fazenda do sr. Roldão Barcelos, que só quer pagar salários de \$60,00 a \$85,00 e de \$40,00 às mulheres. O Sindicato apresentou queixa à Justiça do Trabalho e o fazendeiro já foi intimado a comparecer à Junta de Conciliação e Julgamento.

SEGUINDO o exemplo de seus irmãos de São Paulo, norte do Paraná e outras regiões do país, os trabalhadores rurais de Campos (Estado do Rio), começam a unir-se para defender seus direitos e lutar por melhores condições de vida.

Antes mesmo de ser decretado (14 de julho) o novo salário-mínimo, os plantadores de cana e usineiros pleitearam, do governo, aumento no preço da cana e do açúcar, alegando «dificuldades» e, entre outras coisas, o próximo aumento dos salários. Isto foi antes do início da moagem (maio) e aquelas reivindicações foram satisfeitas. A saca

de açúcar passou de Cr\$ 334,00 a Cr\$ 431,00 e o carro (1.500 quilos) de cana de Cr\$ 382,00 para Cr\$ 488,00 e Cr\$ 510,00. Mas quando, a 1.º de agosto, o salário-mínimo foi aumentado para Cr\$ 3.500,00 na região, os fazendeiros e usineiros recusaram-se a pagar aos trabalhadores os novos níveis. Aliás, eles sempre se recusaram a respeitar o salário-mínimo. Quando este era Cr\$ 2.100,00 (Cr\$ 70,00 diários) os trabalhadores não ganhavam mais de Cr\$ 51,00 — sendo que as mulheres ganhavam Cr\$ 25,00 e os menores, nas fazendas, Cr\$ 10,00 por dia.

Agora os trabalhadores têm direito a Cr\$ 116,70 (precisamente Cr\$ 116,67) diários, mas os usineiros e fazendeiros só querem pagar de Cr\$ 60,00 a Cr\$ 85,00 aos homens e de Cr\$ 30,00 a Cr\$ 50,00 às mulheres. Desrespeitam, assim, não só a lei do salário-mínimo, como o preceito constitucional e da Consolidação das Leis do Trabalho, que assegura salário igual para igual trabalho.

Os trabalhadores, porém, estão começando a lutar por seus direitos, organizadamente.



PRISÃO NA USINA PARA OS TRABALHADORES!

A EXPLORAÇÃO nas usinas Sapucaia e Barcelos (esta última no município de São João da Barra) é brutal. Na primeira o usineiro paga atualmente um salário de Cr\$ 90,00 e exige 10 horas de trabalho. Quem não aceita esse regime recebe imediatamente aviso prévio. O usineiro mantém jejuíços para perseguir os trabalhadores.

Na usina Barcelos foi construída uma prisão para os trabalhadores que caem no desagrado do usineiro. Este conta ainda, com policiais para «fiscalizar» o trabalho e impedir que os assalariados protestem contra a exploração de que são alvo.

ELEIÇÕES NO SINDICATO RURAL

NO DIA 2 DE SETEMBRO, realizou-se movimentada assembléia do Sindicato dos Empregados Rurais de Campos, na qual foram discutidos importantes problemas dos trabalhadores, principalmente a questão do desconto de aluguel de casa e as eleições para nova diretoria do Sindicato.

As eleições serão realizadas a 7 de outubro.

Discutiu-se, também, a ques-

tão do salário-mínimo e das medidas a serem tomadas para conquistar o pagamento dos níveis decretados a 14 de julho. Em mesa redonda realizada em abril do ano corrente os sindicatos rural e dos operários discutiram com representantes dos usineiros um aumento nos salários. Estes prometeram 80% se o açúcar fosse aumentado para \$410,00 a saca. O açúcar foi aumentado, para Cr\$ 431,00 mas o aumento não foi pago.

Os dirigentes dos sindicatos foram avisados de que uma nova mesa redonda será realizada, para uma decisão de aumento.

(N. da R.: — Pedimos ao nosso correspondente em Campos, autor desta reportagem, que envie à nossa redação esclarecimentos sobre a decisão do TST a respeito do recurso da Fazenda Visconde contra o desconto de aluguel de casa. A correspondência enviada não esclarece bem a questão e, por isso, deixamos de fazer-lhe melhor referência nesta reportagem.)

EXPEDIENTE PARA BURLAR A LEI

OS CORTADORES de cana em geral trabalham por tarefa. São chamados empreiteiros e, com esta denominação, que não se aplica no caso, os fazendeiros e usineiros visam burlar a lei do salário-mínimo e sonegar outros direitos dos trabalhadores. Centenas e centenas de trabalhadores, em caminhões, andam entre as usinas e fazendas, em busca de trabalho. Constituem as chamadas «turmas clandestinas» e os patrões preferem assim, porque mais facilmente os exploram.

Mas os chamados empreiteiros já começam a exigir mais dinheiro pelo carro de cana, como acontece na Usina Oiteiro. Na Usina São João eles fazem a conta da cana cortada e, se esta não dá para alcançar o salário-mínimo, exigem que lhes sejam pagos Cr\$ 3.500,00.



Pronto o Projeto de Legislação Rural

PROVAVELMENTE já no início da próxima semana estará no plenário da Câmara Federal o projeto que estende aos trabalhadores rurais o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho.

A comissão Interpartidária incumbida de elaborar o projeto, na base das emendas e substitutivos ao projeto 4.264, obteve uma prorrogação (uma semana) de prazo de que dispunha. Na quarta-feira terminou o exame do ante-projeto Lourival Almeida, do qual foram «dotados» inúmeros artigos, em combinação com os artigos e capítulos do substitutivo S-1. Viana ao projeto 4.264. A comissão iniciou, após, a redação do projeto a ser levado ao plenário da Câmara.

De acordo com o que ficou estabelecido pelos líderes das diversas bancadas no Palácio Tiradentes, o projeto deverá ser discutido e votado em regime de urgência. Prevê-se que alguns representantes dos latifundiários ofereçam resistência a muitos dos pontos que asseguram conquistas dos trabalhadores rurais (particularmente no que se refere à previdência social). O sr. Iris Meinelberg, presidente da Confederação Rural, declarou a alguns jornalistas:

no entanto, que considera o projeto «bom» — o que atesta a existência, no mesmo, de lados profundamente negativos para os assalariados agrícolas e colonos.

ACÃO DOS TRABALHADORES RURAIS

Começam a chegar ao Palácio Tiradentes manifestações dos trabalhadores rurais e de suas organizações, reclamando um projeto que amplie (e não restrinja) as conquistas já asseguradas por lei aos assalariados agrícolas e colonos. Já se manifestaram sindicatos rurais de São Paulo, norte do Paraná, etc., através de telegramas e mensagens. Uma comissão representativa da Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Sul Brasileiro entrou-se no Rio já em entreditos com vários deputados, aos quais levaram opinião daquela Conferência em favor de um projeto que assegure o interesse dos que trabalham no campo.

NA FAZENDA do sr. Thomaz de Aquino, proprietário da fábrica de Conhaque de Alcatraz S. João da Barra, os trabalhadores ainda hoje ganham Cr\$ 40,00 e as mulheres Cr\$ 20,00. Os assalariados estão se unindo para exigir do fazendeiro o salário-mínimo. Os trabalhadores estão exigindo Cr\$ 116,70 também nas fazendas dos srs. Coletto Machado, que lá foi chamado à Justiça do Trabalho em consequência de uma queixa, e do sr. Olivier Cruz, que paga Cr\$ 50,00 por dia e exige 9 horas de trabalho além de descontar de todos Cr\$ 20,00 por dia, a título de aluguel de casa.

NA FAZENDA do sr. Manoel Gonçalves, em Santo Amaro, 2.º distrito de Campos, numerosos trabalhadores devolveram os envelopes de pagamento, no último dia 19, quando receberam à base de Cr\$ 60,00 diários e foram ao Sindicato exigir providências.

JUNTAMENTE COM OS OPERÁRIOS DA USINA, os trabalhadores rurais da Usina Oiteiro exigiram a anotação de suas carteiras de acordo com o novo salário-mínimo. A anotação, que havia sido feita e depois raspada pelo gerente, foi novamente lançada.

NA USINA DE DONA FINAZINHA DE QUEIROZ, o gerente exigiu que os trabalhadores de duas fazendas fossem cortar cana a \$60,00 o carro. Estes, porém, recusaram o trabalho por tarefa, exigindo o salário-mínimo, o que levou o gerente a recuar daquela exigência nas demais fazendas.

A JUSTIÇA OBRIGOU O FAZENDEIRO A DEVOLVER O DESCONTO DE ALUGUEL



VITÓRIA de grande significação contra o desconto ilegal de aluguel de casa tiveram os trabalhadores da Usina de Puzos. Cerca de 300 assalariados rurais e operários da usina constituíram advogado e entraram na Justiça com uma reclamação contra o usineiro, que descontava ilegalmente aluguéis. O Juiz deu ganho de causa aos trabalhado-

res e o usineiro foi obrigado a suspender os descontos e a devolver o dinheiro que já havia descontado anteriormente.

Esta vitória repercutiu nas várias usinas e fazendas da região, sendo um estímulo à luta de todos contra os descontos ilegais de habitação.

Mudar a Política Exterior?

Mas em Que Sentido Mudar?

FALSOS ARGUMENTOS DOS QUE PRETENDEM CONTINUERMOS COMO CAUDATARIOS DO DEPARTAMENTO DE ESTADO NORTE-AMERICANO ★ PRIMEIROS PASSOS DO ATUAL GOVERNO QUE DEVEM SER ESTIMULADOS ★ QUE SIGNIFICA UMA POLITICA EXTERIOR INDEPENDENTE?

Trata-se cada vez mais nos círculos políticos, na necessidade de uma mudança em nossa política exterior. A questão foi feita de um discurso do próprio líder da maioria, deputado Vitor de Melo, discurso que obteve ruidosa repercussão dentro e fora do país. Comissões técnicas da Câmara dos Deputados e numerosas parlamentares têm sustentado este ponto de vista. O deputado Ivo de Sá, não faz muito, apresentou um projeto no sentido de facultar ao Parlamento a iniciativa para o restabelecimento de relações diplomáticas e comerciais, assim como para a suspensão dessas relações de modo a tornar a política exterior menos restrita à orientação exclusiva do Itamarati.

Como se pode ver, a mudança da política exterior brasileira torna-se cada vez mais um reclame nacional. Entretanto, pode-se perceber que não existe ainda uma compreensão bem clara e precisa, entre todas as correntes que defendem esta medida, em que deve consistir concretamente esta mudança. A questão não está ser resolvida através de simples esquemas e sim através de um debate amplo, capaz de unificar, em tôno de diretrizes precisas, todos os setores e correntes que se comprometem não ser possível a manutenção dos ditos sistemas que devem coexistir e procurar o caminho da competição pacífica, como se evidencia pelo crescente alívio da tensão internacional que se verifica de uns anos a esta parte. Nenhum país é obrigado a abdicar de sua soberania nacional para ter o sistema político que lhe pareça melhor.

É necessário acentuar que uma parte cada vez mais considerável da humanidade — e precisamente os povos que lutam por sua independência nacional ou por consolidá-la — procuram caminhos próprios para o seu desenvolvimento econômico e político, através da cooperação com todos os povos e com todas as grandes potências, na base do respeito aos interesses nacionais de

cada povo. Este é o caminho da Índia, da Birmânia, de quase todos os países árabes, da Iugoslávia, etc., enfim, dos países participantes da Conferência de Bandung. E somente os cegos não vêem que esses países marcham para a frente e graças a uma política independente pesam cada vez mais nos assuntos internacionais, contribuindo de forma positiva para a paz mundial.

VANTAGENS CONCRETAS

Que vantagens concretas obtêm esses países com a política que estão realizando?

Em primeiro lugar, realizam um comércio verdadeiramente multilateral, vendendo seus pro-

duto a quem lhes pague os melhores preços e comprando onde lhes ofereçam maiores vantagens.

Em segundo lugar, obtendo um poder crescente de resistência a pressões econômicas e políticas contrárias aos interesses de cada um deles. Assim, apesar do "dumping" norte-americano com o algodão, o Egito pode vender sua produção a preços compensadores à União Soviética e outros países do campo socialista. O mesmo sucedeu no caso do financiamento da barragem de Assuan, que os E.U.A. e a Inglaterra tentaram condicionar a concessões políticas inadmissíveis. O governo do col. Nasser pôde adotar uma medida de soberania nacional como a nacionalização da Cia do Canal de Suez, justamente porque a economia do Egito não mais depende desta ou daquela potência, e pode beneficiar-se igualmente, tanto das relações econômicas com a União Soviética e demais países socialistas, quanto com os Estados Unidos e demais países capitalistas. No auge da crise provocada com a nacionalização do Canal de Suez, o governo egípcio acaba de receber um empréstimo do Fundo Monetário Internacional (controlado pelos E.U.A.) igual ao que o sr. Juscelino Kubitschek obteve, não faz muito, do Banco de Exportação e Importação.

Em terceiro lugar, os países que estão realizando uma política independente podem escolher e selecionar, melhor, o tipo de ajuda e cooperação econômica e téc-

nica que as diversas potências lhes possam oferecer. A construção da grande usina de Bhilai, na Índia, pela União Soviética, em bases altamente vantajosas para os indianos, foi resultado de uma concorrência de que participaram diversos países, inclusive os Estados Unidos. Para o desenvolvimento de sua indústria atômica a Índia tem conseguido acordos justos não com a União Soviética, quanto com os Estados Unidos. Também o Egito tem obtido assistência econômica, em bases que não contrariam os interesses nacionais, quer da União Soviética, quer dos Estados Unidos.

CONTRIBUIR A CAUSA DA PAZ

Finalmente é necessário realçar a contribuição positiva desses países que seguem uma política independente à causa da paz, recusando-se à participação em blocos militares e políticos de caráter agressivo. É evidente a contribuição da Índia, por exemplo, no encaminhamento de soluções pacíficas de alguns problemas internacionais. É a crescente autoridade que adquiriu, por isso, nos assuntos mundiais, tornando-se à confiança e ao respeito dos povos.

Pode-se, pois, imaginar a autoridade e o prestígio internacional do Brasil no dia em que, nas assembleias internacionais seja mais do que simples eco do Departamento de Estado norte-americano.

EXEMPLOS

Entretanto a política externa brasileira já está indicando rumos concretos a esta mudança.

A atitude assumida pelo governo em relação à nossa política atômica é um exemplo. Trata-se, sem dúvida, de uma atitude nova, realista, baseada unicamente nos interesses fundamentais do Brasil e que, por isso, contou, desde logo, com o apoio e os aplausos da imensa maioria da nação.

Não é uma atitude contra ou a favor de qualquer outro país; é unicamente em favor dos interesses do povo brasileiro.

Também a decisão do Conselho de Segurança Nacional, anunciada pelo sr. J.C. de Magalhães Soares à Comissão de Diplomacia da Câmara, sobre a posição que o Brasil deverá

tomar na Conferência do Atlântico Sul é outro exemplo.

Segundo o Ministro do Exterior, foi decidido pelo Conselho de Segurança Nacional que o Brasil se recusará a participar de um pacto militar de defesa do Atlântico Sul, já que não corre nenhuma ameaça nessa região e suas forças armadas estão plenamente aptas a defender nossas fronteiras e a soberania nacional.

Trata-se, evidentemente, de uma atitude realista, ditada pelos interesses pacíficos de nosso povo, que não deseja contrair obrigações militares quando ditadas pelas necessidades reais da defesa nacional.

FALSOS ARGUMENTOS

É necessário reafirmar, aqui, alguns pseudos argumentos e até embustes dos que se opõem a que o Brasil realize uma política externa independente e voltada para o progresso nacional.

Cosmologicamente alegar que se pretende um rompimento de relações com os Estados Unidos ou uma política hostil àquela país quando se advoga a mudança nos rumos de nossa política externa.

Nada mais falso. Todos os que defendem esta mudança reclamam justamente, uma política de amizade e cooperação com todos os países, sem discriminações, à base de vantagens mútuas e do respeito absoluto à soberania e aos interesses nacionais. O que não se pode admitir é que o Brasil deixe de comerciar, de manter relações diplomáticas e intercâmbio cultural e técnico com outros países, para se submeter à pressão de interesses dos governantes norte-americanos. O que se não pode admitir é, ainda, que o Brasil, em vez de realizar uma política em favor do alívio da tensão internacional, contribua para o retorno da guerra fria, a fim de contentar os interesses de correntes preponderantes no governo dos Estados Unidos. O que não se pode admitir é, ainda, que o Brasil tenha de fazer concessões aos monopólios iníquos em detrimento dos interesses nacionais, a pretexto de uma suposta "cooperação pan-americana".

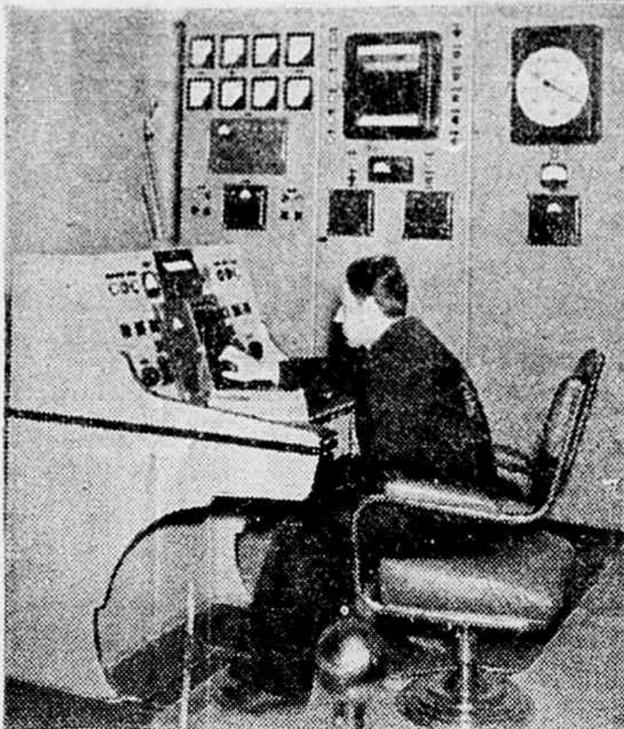
UM EMBUSTE

Alguns jornais, como o "Globo", onde pontifica o entreguista João Neves da Fontoura, tentam argumentar em favor da continuidade de uma política dirigida pelo Departamento de Estado norte-americano com a surrada tese de que o mundo está dividido em dois blocos antagonistas e que é necessário "fortalecer o mundo livre" fortalecendo-se os Estados Unidos

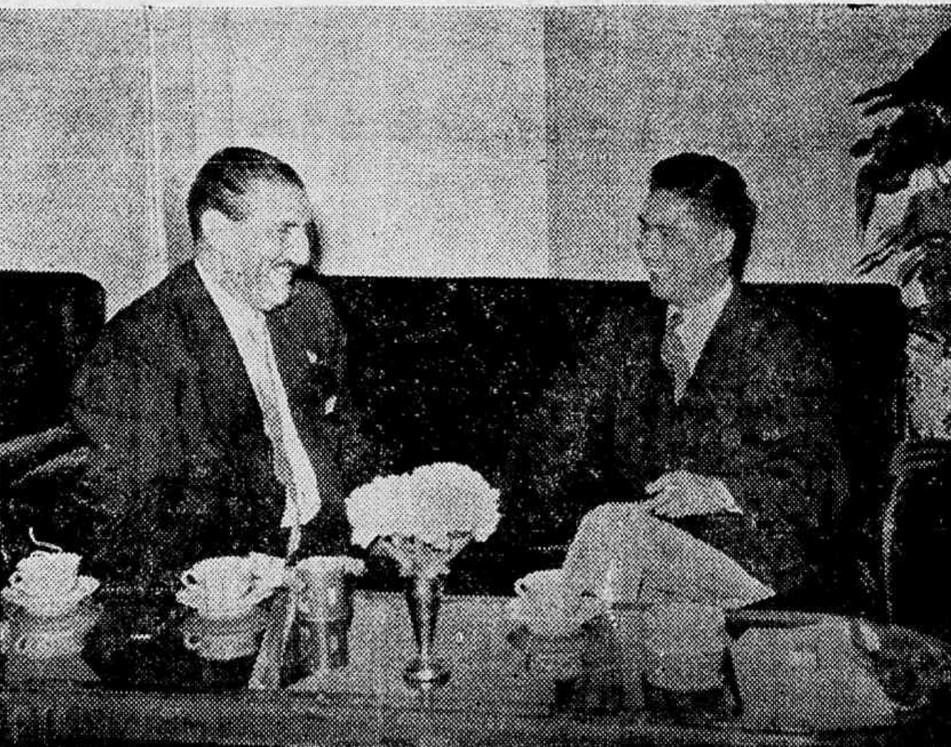
(quer dizer, fazendo-lhes concessões econômicas e políticas incompatíveis com os interesses vitais de nosso país).

Trata-se, evidentemente, de um embuste.

É certo que existem atualmente, dois sistemas econômico-sociais no mundo: o sistema socialista e o sistema capitalista. Mas, apesar das tentativas em contrário, são



Quadro de controle de um reator atômico. A política atômica adotada recentemente pelo governo brasileiro, caracterizada por uma política independente no domínio das relações internacionais, permitirá ao nosso país uma rápida expansão de sua indústria nuclear.



O deputado brasileiro Dixslit Rosado em palestra com o capitalista e industrial chinês Jung Yi-jen, quando da visita de uma delegação brasileira a Pequim. A delegação parlamentar convenceu-se das enormes vantagens para o Brasil do estabelecimento de relações comerciais, diplomáticas e culturais com a União Soviética e a China Popular.

OS PRIMEIROS PASSOS

Já assinalamos que o governo do sr. Kubitschek, graças a atuação das forças patrióticas, existentes inclusive dentro da atual administração, já adotou medidas, como as referentes à política atômica, que representam os passos concretos no sentido de uma nova política exterior. Mas há muitos outros a dar, gradualmente, como o efetivo estabelecimento de relações econômicas e diplomáticas com todos os países, a libertação de nosso comércio exterior de monopólios odiosos.